

Diário do Legislativo de 23/10/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 65ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 65ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 17/10/2007

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.236/2007; renovação da votação do Substitutivo nº 1; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.571/2007; discurso da Deputada Maria Lúcia Mendonça; questão de ordem; votação do projeto, salvo emenda; aprovação; votação da Emenda nº 1; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 122/2007; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Questão de ordem - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.182/2007; apresentação das Emendas nºs 1 e 2; encerramento da discussão; discursos da Deputada Elisa Costa e do Deputado Getúlio Neiva; votação do Substitutivo nº 1, salvo emendas; aprovação; votação da Emenda nº 1; rejeição; votação da Emenda nº 2; rejeição - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.357/2007; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 530/2007; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 684/2007; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.082/2007; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.116/2007; discursos dos Deputados Carlos Pimenta e Vanderlei Miranda; questão de ordem - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrús Filho - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Luiz Tadeu Leite - Maria Lúcia Mendonça - Mauri Torres -

Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Weliton Prado - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Carlos Pimenta, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 709, 1.111, 1.129 e 1.154/2007, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem, à noite.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Proseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.236/2007, do Deputado Gil Pereira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pirapora o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Presidência vai renovar a votação do Substitutivo nº 1. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.236/2007 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.571/2007, do Governador do Estado, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Com a palavra, para encaminhar a votação, a Deputada Maria Lúcia Mendonça.

A Deputada Maria Lúcia Mendonça*- Obrigada, Sr. Presidente. Desde ontem, esperamos com ansiedade a aprovação do Projeto de Lei nº 1.571/2007, em que o Governador do Estado autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem a passar ao Município de Cataguases um terreno para a construção do Corpo de Bombeiros. Esse é um momento muito importante para a cidade. Aliás, no final de semana, houve um incêndio que destruiu toda uma residência, causando sérios danos não só morais, mas também físicos aos moradores dessa casa. Não deu tempo de o Corpo de Bombeiros de Ubá ou o de Muriaé chegarem ao local. Então, precisamos imediatamente que isso ocorra.

Também fico muito feliz, porque a contrapartida do Município seria a aquisição do terreno para a construção, edificação do galpão. Hoje, com a aprovação pela Assembléia da doação do terreno pelo Governador ao Município de Cataguases, a Prefeitura não mais terá despesa com o terreno. Desse modo, temos certeza absoluta de que - e estaremos próximos, tomando conta para que isso aconteça - a edificação do prédio será feita imediatamente. Essa é uma notícia muito boa para Cataguases, e sabemos que muitos estão ligados a nós por meio da TV Assembléia. Estejam certos de que, se o Prefeito de Cataguases não construir prédio próprio para o Corpo de Bombeiros, ainda assim, ele será erguido, pois já estamos nos entendendo com os empresários da cidade, com o Vice-Governador e com o Danilo, para, juntos, edificarmos o galpão do Corpo de Bombeiros.

Portanto, para mim, já é quase definitiva a instalação do Corpo de Bombeiros na cidade de Cataguases. Por isso, deixo aqui os meus sinceros agradecimentos a esta Assembléia por essa aprovação e um eterno agradecimento ao Governador do Estado, que, sensibilizado, atendeu o nosso pleito. Muito obrigada.

Questão de Ordem

O Deputado Rêmoló Aloise - Sr. Presidente, diante das palavras da nobre Deputada, este Deputado consulta V. Exa. se colocará o projeto em votação com a presença da lista ou com a presença dos Deputados, em Plenário.

O Sr. Presidente - A Presidência tem colocado em votação, observando a presença dos Deputados, em Plenário.

O Deputado Rêmoló Aloise - V. Exa. acha que tem condições de aprová-lo com os Deputados que aqui estão?

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, que há em Plenário número suficiente de Deputados para votação das matérias em pauta.

O Deputado Rêmoló Aloise - Peço a V. Exa. que proceda à recomposição do quórum porque esse projeto é muito importante para a Deputada. Estou apenas fazendo uma questão de ordem.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.571/2007 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 122/2007, do Deputado Ivair Nogueira, que dispõe sobre a instalação e a obrigatoriedade de manutenção programada dos sistemas de ar condicionado e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa). Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 122/2007 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Questão de Ordem

O Deputado Adalclever Lopes - Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que faça constar em ata a presença deste Deputado e dos demais Deputados do PMDB. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.182/2007, do Governador do Estado, que acrescenta dispositivo à Lei nº 14.699, de 6/8/2003, que dispõe sobre formas de extinção e garantias de crédito tributário e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 1.182/2007

Emenda nº 1

O "caput" do art. 10 da Lei nº 14.699, de 6 de agosto de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 - Os precatórios vencidos e as parcelas vencidas de precatórios parcelados que estejam registrados no sistema estadual de precatórios poderão, na forma prevista na legislação, ser utilizados para pagamento dos bens adquiridos nos leilões promovidos pelo Estado, desde que:".

Sala das Reuniões, 17 de outubro de 2007.

Sargento Rodrigues

Justificação: Esta proposição legislativa tem por fim operar alteração do "caput" do art. 10 da Lei nº 14.699, de 6/8/2003. O referido dispositivo dispõe que os precatórios vencidos e as parcelas vencidas de precatórios parcelados que estejam registrados no sistema estadual de precatórios podem ser utilizados para pagamento dos bens adquiridos nos leilões a que se referem os arts. 7º e 8º da lei, que são aqueles oriundos de adjudicação judicial ou de dação em pagamento. Nota-se que a possibilidade de utilização do título de crédito fica limitada aos casos em que o Estado promove leilões nessas duas condições, o que afasta a viabilidade do gozo do crédito consubstanciado no precatório nas demais hipóteses de leilão - aquelas em que os bens não forem oriundos de adjudicação ou dação em pagamento. Cuida a alteração proposta de garantir a extensão da possibilidade criada com a lei, de forma que o titular do crédito possa usufruir de seu direito em um universo maior de situações. A majoração do rol de situações atinge o objetivo de dar efetividade ao direito conquistado pelo credor e, de outro lado, permite que o Estado veja quitado seu débito - já reconhecido e vencido - sem que para isso precise afetar o Tesouro. A alteração proposta trará tranqüilidade aos credores do Estado e promoverá quitação alternativa dos débitos do poder público, contribuindo, assim, para o saneamento das dívidas estatais. Dessa forma, conto com o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Emenda nº 2

Suprima-se o inciso I do art. 10 da Lei nº 14.699, de 6 de agosto de 2003.

Sala das Reuniões, 17 de outubro de 2007.

Sargento Rodrigues

Justificação: Esta proposição legislativa tem por fim a revogação do inciso I do art. 10 da Lei nº 14.699, de 6/8/2003. Na prática, o referido inciso inviabiliza a perfeita execução do ideal saneador da lei. Dita esse inciso que a utilização dos precatórios vencidos - ou parcelas vencidas de precatórios parcelados - para o pagamento de bens adquiridos em leilão só poderá ocorrer caso não exista precatório de outro credor do Estado anterior, em ordem cronológica, àquele utilizado.

Assim, o que ocorre é que o titular do crédito vencido só tem a possibilidade de utilizá-lo para o pagamento de bens adquiridos em leilão quando já for a sua vez, na ordem cronológica de pagamento, de receber o valor correspondente ao título. É o equivalente a dizer que é dada ao credor - e somente àquele que de fato já é o próximo cotado a receber do Estado o valor devido - a opção de receber em espécie a quantia ou utilizar o mesmo valor para aquisição de bens. Trata-se de instrumento que, da forma como se encontra regulado, tornou-se inócuo.

O que se pretende, portanto, é a revogação do inciso I do art. 10 da Lei nº 14.699, de 2003, assim, todos os titulares de créditos já vencidos poderão se valer de seus precatórios para o pagamento de bens adquiridos em leilões. Fique claro que não há nenhuma infração à norma constitucional acima suscitada, uma vez que a ordem de pagamento não será afetada e o critério cronológico permanecerá inalterado. O que se acrescenta é uma nova possibilidade de efetivar o gozo de direito já reconhecido, a critério do titular que poderá optar por aguardar o pagamento ordinário ou por utilizar seu crédito vencido na aquisição de bens leiloados.

Dessa forma, sendo projeto que trará tranqüilidade aos credores do Estado e que promoverá uma quitação alternativa dos débitos do poder público, contribuindo, assim, para o saneamento das dívidas estatais, conto com o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto 2 emendas do Deputado Sargento Rodrigues, que receberam os nºs 1 e 2, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, serão votadas independentemente de parecer. Com a palavra, para encaminhar a votação, a Deputada Elisa Costa.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, votaremos, em 2º turno, esse projeto do Governador do Estado, objeto de muitos debates e reflexões na Bancada do PT e do PCdoB.

Trazemos, mais uma vez, nossa posição em relação a essa questão. Somos favoráveis ao projeto por compreender que ele contribui com um conjunto de entidades e pessoas do Estado de Minas Gerais e beneficia, prioritariamente, os mais idosos. A princípio, o projeto apresentava o limite de 70 anos, mas a bancada do nosso partido apresentou uma emenda reduzindo a idade para 60 anos, com o objetivo de ampliar o número de pessoas atendidas pelo Estado de Minas Gerais, dando prioridade às pessoas mais idosas. Entendemos que o correto seria garantir o direito previsto no Estatuto do Idoso, mas, diante do que foi conversado e compreendido por nossa bancada, a emenda de 65 anos amplia a abrangência do projeto, que passa a abarcar um número maior de pessoas que precisam de atendimento e que serão prioritariamente atendidas.

Mais uma vez, quero deixar um alerta: da mesma forma como aconteceu ontem com o projeto dos designados, temos responsabilidade em relação a esse projeto, pois ele também traz uma inconstitucionalidade. De acordo com o art. 100 da Constituição Federal, o Estado não pode legislar sobre prioridades de precatórios. Esse é o registro que quero fazer. Se houver ação, isso pode prejudicar o processo da lei, e, mais adiante, pode haver uma quebra na expectativa da população mais sofrida, que dedicou grande parte de sua vida ao trabalho pelo Estado de Minas Gerais e tem o direito de receber seus benefícios.

A priorização dos recursos do Estado é bem-vinda, mas é preciso deixar claro que a expectativa dos idosos e da população de Minas Gerais pode, em algum momento, ser levada a um questionamento na Justiça, o que evidenciará a vulnerabilidade do projeto de lei. Registro, mais uma vez, nosso voto favorável ao projeto, mas com a observação de que ele contraria a Constituição Federal. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Getúlio Neiva.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, a sensibilidade do governo do Estado para com o assunto merece destaque. O projeto é muito importante, portanto peço aos companheiros que nos ajudem a votá-lo imediatamente. Há centenas e centenas de famílias aguardando a decisão da Assembléia Legislativa.

A Deputada Elisa Costa, com a Bancada do PT, teve participação ativa no projeto, que ajuda a reduzir para 65 anos a idade para se ingressar com prioridade na fila dos precatórios. A questão dos precatórios é realmente preocupante na vida pública brasileira.

O STF cria leis, todo mundo faz lei neste país, até mesmo órgãos públicos subalternos. A estrutura do Estado fabrica e organiza leis. E a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, cumprindo seu real papel, está-se comportando de maneira muito responsável ao buscar a justiça social. Aliás, fazer justiça social é o objetivo de qualquer lei. E a Assembléia Legislativa está fazendo justiça social com o Projeto de Lei nº 1.182/2007.

Peço, portanto, aos companheiros que prestem bastante atenção ao projeto e nos ajudem a votá-lo imediatamente.

O Sr. Presidente - Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda nº 2. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.182/2007 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.357/2007, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piraúba o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 530/2007, do Deputado Padre João, que fixa critérios para as pulverizações de inseticidas, herbicidas e congêneres, por via aérea, de áreas agrícolas do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 530/2007 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Política Agropecuária.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 684/2007, do Deputado Weliton Prado, que dispõe sobre o atendimento ao consumidor no estabelecimento do fornecedor. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 684/2007 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Defesa do Consumidor.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.082/2007, do Deputado Gustavo Corrêa, que autoriza o Poder Executivo a permutar com o Município de Heliodora o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.116/2007, da Deputada Ana Maria Resende, que estabelece normas para o uso alternativo do uso do solo da mata seca. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de tomar alguns minutos para que pudéssemos fazer uma discussão do Projeto de Lei nº 1.116/2007, da Deputada Ana Maria Resende. É um projeto de fundamental importância para o Norte de Minas, pois ele vem normatizar algumas posições e aparar algumas arestas em relação à legislação rural em nosso Estado. Temos uma ampla legislação. Tenho dito que Minas Gerais é um Estado que tem uma legislação bastante rígida, minuciosa e que abrange todas as questões, tanto da fauna quanto da flora. Foram as pessoas que imaginaram, sonharam e prepararam as deliberações normativas que trouxeram prejuízos incalculáveis e irreversíveis para a nossa região.

No princípio, quando debatemos essa questão, tivemos o cuidado de apresentar emendas a um projeto de lei que estava tramitando nesta Casa. Por meio dessa emenda, jogamos por terra as deliberações normativas do IEF. Naquela ocasião, recebi, caro Deputado Getúlio Neiva, mais de trezentos "e-mails" reclamando que éramos contra as reservas legais de Minas Gerais, que tentávamos facilitar o desmatamento, a destruição do meio ambiente no Norte de Minas. Em contrapartida, recebemos mais de três mil correspondências, como "e-mails", cartas e telegramas de pessoas que, por viverem no Norte de Minas, sentiam na pele o problema. Então acompanhavam "pari passu" o processo e estavam em contato permanente com os Deputados. Essas pessoas incentivaram os Deputados da bancada, que, dessa forma, apresentaram o

projeto.

A Deputada Ana Maria Resende, num momento muito feliz, apresentou esse projeto, que estabelece normas para o uso alternativo do solo da mata seca. A partir daí, foram travadas inúmeras discussões no sindicato rural, na sociedade rural de Montes Claros.

Hoje o projeto está na pauta para ser discutido em 1º turno. Esse projeto, elaborado a várias mãos, teve o apoio incondicional de toda a bancada norte-mineira, de companheiros como o Deputados Getúlio Neiva e o Deputado Doutor Viana, que tem muito a ver com aquela região. Esperamos não só que os senhores apoiem esse projeto, mas também que possamos discuti-lo, Deputada Ana Maria Resende, com mais profundidade.

Solicitaram a realização de uma ampla audiência pública no Norte de Minas, com a participação dos técnicos que prepararam as deliberações normativas, para que possam sentir o que aconteceu na região. Terão uma grande surpresa: em primeiro lugar, constatarão que os produtores rurais do Norte de Minas não são destruidores de matas, do meio ambiente. Em segundo lugar, perceberão que lá existe uma consciência ecológica que não se verifica em nenhuma outra região.

Precisa ser dessa forma, porque as preservações ecológicas ainda existentes em Minas Gerais, caro Deputado Antônio Júlio, estão no Norte de Minas. Se percorrermos o Triângulo Mineiro - vejo aqui valerosos companheiros dessa região -, se percorrermos as estradas, os prósperos Municípios do Triângulo Mineiro, dificilmente veremos mata nativa ou áreas preservadas. A região é praticamente toda constituída de monoculturas, como as de sorgo, soja, milho e cana-de-açúcar, que está saindo de Alagoas e vindo para Minas Gerais, para o Sudeste brasileiro, porque os canaviais do Nordeste estão sendo desativados.

Não conseguimos ver mais reservas no Triângulo Mineiro, o que também ocorre no Sul de Minas. O Deputado Antônio Carlos Arantes pode testemunhar isso. Podemos ver algumas áreas nas margens de rios, nos topos de montanhas, além de alguns parques de preservação, que são construídos graças aos Prefeitos que se preocupam com o meio ambiente. No Sul de Minas, encontraremos canaviais e pastos, não existem mais áreas de preservação ecológica.

Se essa legislação é rígida - está sendo agora -, porque não o foi há algumas décadas? Não havia essa consciência de preservação, e, infelizmente, a metade de Minas para baixo está quase toda ocupada com as culturas: cafezais e canaviais. O que sobra é da metade para cima, o Norte de Minas e o Jequitinhonha.

Não é justo que se faça uma legislação mantendo 20% de preservação no Sul - hoje deve estar em torno de 15% ou 16%, não chega a 20% -, e no Norte de Minas a legislação de preservação estabeleça até 80% das áreas. E a vocação norte-mineira é para a agropecuária. As pessoas que têm terras plantam para comer. Não é para exportar para a América do Norte ou para a Europa, mas para encher a barriga e matar a fome. Muitos locais estavam absolutamente impossibilitados de ter plantações próprias de sequeiro, de seca, para aproveitar um pouco a chuva que cai em determinadas épocas do ano.

Foi montado um verdadeiro aparato lá. Eu estava vendo na TV hoje, na parte da manhã, a mobilização, no Pará, de 18 Estados, com Polícia Federal, helicópteros, tudo que se possa imaginar para se promover a preservação. É preciso, sim, preservar as florestas amazônicas. Esse mesmo aparato, guardadas as devidas proporções, chegava ao Norte de Minas, com helicóptero, GPS, equipamentos de última geração. Faz-se até uma brincadeira, ao dizer que não se pode mais derrubar um pé de alface no Norte de Minas. Mas o aparato estava lá, os helicópteros sobrevoando, e, se o sujeito quebrava três ou quatro árvores já velhas, para queimar e fazer o feijãozinho, estavam multando.

No Norte de Minas, há localidades onde as multas eram dez vezes superiores ao preço da terra. É brincadeira! Sabem quanto custa um hectare de terra em algumas regiões do Norte? Às vezes, não chega a R\$200,00. Alguns sujeitos possuem uma pequena propriedade de 3h ou 4ha, que serviria para criar uma galinha, plantar um pouco de feijão ou de milho, que não chegava a valer R\$1.000,00, e recebiam multas de R\$8.000,00. Alegavam: "Você está multado, você é destruidor do meio ambiente, está acabando com o futuro de Minas Gerais". Baixaram essas deliberações normativas.

A Deputada Ana Maria Resende* - Um aparte, Deputado.

O Deputado Carlos Pimenta - Quero falar tanta coisa, mas atendo ao seu pedido, Ana Maria, com o maior prazer, até em homenagem à preocupação que a Deputada teve em apresentar esse projeto, que foi sucinto, mas que está sendo desdobrado agora e recebendo colaborações importantes. Estamos no 1º turno, e haverá uma discussão mais ampla no 2º turno. Então, em homenagem à sua preocupação e à sua presença, com muito prazer, concedo-lhe um aparte.

A Deputada Ana Maria Resende (em aparte)* - Em primeiro lugar, agradeço ao Deputado sua fala nesta manhã e quero parabenizá-lo por tocar nesse assunto, que, para nós, norte-mineiros, é de vital importância.

Lembrando o que V. Exa. falou, penso que talvez devêssemos repensar qual é a causa real da possibilidade de redução da exploração da nossa terra. Essa situação gerou uma desvalorização enorme das terras norte-mineiras. Será, Deputado Carlos Pimenta, que tudo isso não tem um endereço certo, uma razão lógica daqueles que já desmataram toda a sua região e que agora querem garantir a preservação em outro lugar, desvalorizando nossas terras, para que possam comprar ali terrenos a preço vil e fazer a preservação fora da sua bacia hidrográfica, fora da sua região? Temos que repensar e rever tudo isso.

Esse projeto que está sendo discutido aqui, na Assembléia Legislativa, e que deve ser votado ainda hoje, em 1º turno, com certeza não está pronto e acabado. É um projeto que temos de discutir muito, para ver o que o meio ambiente está fazendo com a nossa região. Todos deveriam saber que o Banco do Nordeste disponibilizou para o Norte de Minas um valor incrível, para que os produtores pudessem aproveitar e investir nas propriedades. Porém, nem um quarto desse recurso foi aproveitado, porque o IEF, na sua burocracia, não autoriza e não resolve os problemas para que a Caixa Federal ou o Banco do Nordeste possa colocar esse recurso à disposição do produtor rural de Montes Claros. Precisamos discutir esse assunto, mas precisamos aqui, nesta Casa, estar atentos, pois se a Secretaria de Meio Ambiente legisla é porque nós, na Assembléia, deixamos margem para que ela possa legislar em nosso nome.

Creio, e já repeti diversas vezes, que precisamos rever toda a legislação afeta ao meio ambiente, toda a legislação que possa interferir na agropecuária, não só do Norte de Minas, para que possamos rever e fechar as torneiras que estão fazendo com que a Secretaria de Meio Ambiente possa interferir e inviabilizar a nossa região.

Quero parabenizar e convocar a todos os produtores rurais do Norte de Minas para que possamos fazer uma discussão mais ampla, mas profunda, sem paixão, com racionalidade.

O Deputado Carlos Pimenta* - A proposta é fazermos uma audiência pública na região de Montes Claros para ganharmos forças para aperfeiçoar esse projeto. O projeto de V. Exa. já é, hoje, um substitutivo. Ele já avançou, mas ainda há muito a avançar. Temos uma briga

muito grande pela frente.

A Deputada Ana Maria Resende* - Com certeza, mas temos que tratar esse assunto sem paixões, com racionalidade.

O Deputado Carlos Pimenta* - Temos que tratar o assunto é com paixão mesmo, porque eles não tiveram compaixão.

A Deputada Ana Maria Resende* - Temos que tratar com amor, com amor ao nosso povo e à nossa região, mas com a racionalidade que somos capazes de ter.

Quero agradecer o aparte e convocar a todos para que façamos uma revisão do conteúdo desse projeto, porque nos omitimos e deixamos que a Secretaria de Meio Ambiente legislasse em nosso nome. Muito obrigada.

O Deputado Carlos Pimenta* - Agradeço as palavras da Deputada Ana Maria Resende e concedo um aparte ao Deputado Antônio Júlio, bravo companheiro, que tem ficado ao nosso lado nessas questões e que, com sua experiência, tem dado grande contribuição para aperfeiçoarmos esse projeto.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Carlos Pimenta. Temos tempo para discutir, e vejo que, em certos momentos, nós, Deputados, precisamos de liberdade para fazer essa discussão. Essa questão do meio ambiente no Estado de Minas Gerais está virando caso de polícia. A Deputada Ana Maria Resende foi muito clara quando disse que os órgãos estão legislando. Tenho esbravejado isso quase diariamente. Todos estão legislando, menos a Assembléia.

E o que é mais grave, Deputado Carlos Pimenta, é que a questão do meio ambiente, o que está acontecendo hoje, na Secretaria, é fruto de uma lei delegada. É fruto de um cheque em branco que demos ao Governador, que deu um cheque em branco ao Secretário de Meio Ambiente, que está nos fazendo viver um inferno em Minas Gerais, principalmente para as pessoas mais simples. Os grandes plantadores de cana não têm nenhuma dificuldade com o Igam, o IEF, a Feam e o Copam. Eles podem fazer a compensação no Norte de Minas, não precisa ser onde eles estão produzindo. Eles têm todas as facilidades.

Ontem, um Deputado dizia que os plantadores de cana são os nenenzinhos, os benzocas do Lula. Considero a monocultura da cana-de-açúcar, em nosso país, da forma como está sendo conduzida, um equívoco. Pagaremos caro por isso rapidamente. Esse pessoal recebe benefícios, até mesmo do governo do Estado, que está propondo a redução do ICMS para o produtor de álcool. O preço continuará o mesmo para o consumidor. O ICMS será o mesmo para a distribuidora, beneficiará apenas o coitadinho do plantador de cana, os joões lyras da vida, essa turma do Norte do País que monopoliza a plantação e a produção de álcool no País. Eles é que serão beneficiados. Isso está no Projeto de Lei nº 1.585, do ICMS, que será votado. O Deputado Carlos Pimenta disse que precisamos debater esse projeto e concordo com ele.

Outro absurdo que precisamos resolver, mais ou menos nessa linha do seu raciocínio, é o que se refere ao Decreto nº 44.460, editado pela Semad. Vieram aqui, participaram de uma reunião na qual V. Exa. esteve presente. Na oportunidade, abordamos o problema das multas de R\$15.000,00 que eles emitem. Insistimos em que isso não é possível. Pegam um coitadinho no Norte de Minas, que possui uma cisterna que não produz água, só há o buraco, às vezes serve muito mais de fossa do que para tirar água. Mas se ele não tiver a outorga, é multado em R\$5.001,00. Se tiver a outorga, pagará R\$892,00. O que é o mais grave, R\$892,00 para o rapaz do Norte de Minas...

O Deputado Carlos Pimenta* - Derrubamos esse decreto. Eles tiveram de se render às evidências.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Mas ainda está em vigor. Eles vieram aqui, deram a mão à palmatória, pois o decreto está errado. A multa de R\$15.000,00 caiu para R\$500,00, e a de R\$5.000,00, para R\$300,00. Todavia, insistem em manter o decreto. Esse é o grande equívoco. Nesta Casa, o governo não tem ninguém para defendê-lo, mas conta com muita gente para puxar o saco. Esse fato tem causado desgaste para o governador. Hoje, há insatisfação com o sistema de fiscalização do governo do Estado no interior, nas periferias, nos lugares mais simples e mais pobres. Só eles não querem ver isso.

Disse aqui ao Comando da Polícia que penso haver gente do governo trabalhando contra ele. Como não conseguem obter um grande desgaste, começam a solapar, é isso o que está ocorrendo.

Temos de discutir o projeto da Deputada Ana Maria Resende, que considero importante. É bom desenvolvê-lo para chamar a atenção do governo. Para tanto, poderemos ficar aqui discutindo até o meio-dia. Cada um terá uma hora para falar, podemos revezar para chamar a atenção. O decreto tem de ser revisto. Essa lei da Ana Maria Resende tem de ser aprovada, ainda que tenhamos de fazer alguma adaptação para melhorá-la.

Como ela disse, é necessário esquecer um pouco a paixão que alguns ambientalistas urbanos - porque ambientalista é urbano -, sentem, pois querem determinar o que será feito no Norte de Minas. Não sabem sequer onde fica o Norte de Minas. Se você disser que vai ao Norte de Minas, vão pensar que você vai a Alagoas, àquela região. Mas é esse pessoal que está decidindo tudo. Temos de fazer essa discussão.

O Deputado Carlos Pimenta* - Agradeço o aparte. Passo a palavra ao Deputado Getúlio Neiva, para continuarmos com esse bate-bola.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Agradeço a oportunidade ao Deputado Carlos Pimenta para discutir esse interessante assunto. Gostaria que o Deputado Carlos Pimenta, a Deputada Ana Maria Resende, enfim, o pessoal do Norte, ao abordar esse assunto, explicasse o que é mata seca, pois ninguém entende o que é isso. Não sabem que é uma mata que fica cinzenta durante quase todo o ano, mas, dois dias após a primeira chuva, fica verdinha. Há enorme dificuldade em seu aproveitamento e um cuidado exagerado dos xiitas ambientalistas. Quando estávamos na Câmara de Mineração, travávamos uma briga permanente com esses xiitas.

O IEF, os órgãos de governo, os ambientalistas precisam tomar cuidado, porque a reserva que querem fazer, especialmente no Norte de Minas - já toma uma grande parte do Jequitinhonha -, acabará transformando a região em uma grande reserva de cascavel e micróbio. Não sobrará nada para o IBGE, porque não haverá habitante, mas sobrevivente. Precisamos tomar cuidado e começar a marcar "pari passu" as ações dos órgãos ambientais. Se você quer conhecer um homem, entregue-lhe o poder. Concedemos a lei delegada, mas há pessoas que não merecem ficar com uma lei delegada na mão.

Ao repassar aos Secretários, o Governador tem de recomendá-los que não entreguem a feitura da legislação aos tecnoburocratas sem passar pelo crivo do próprio Secretário. O Secretário José Carlos Carvalho é muito bom de serviço; ele não é xiita. Mas é preciso tomar cuidado com as pessoas que fazem as leis. Aqui, na Assembléia, temos técnicos de primeira qualidade; o governo também tem técnicos de primeira qualidade, mas permeia esses tecnoburocratas, um grupo de pessoas que conheço há 20 anos, no governo, cuja cabeça não mudou até hoje. Há 15 dias, fiz uma queixa no Plenário e na Comissão de Agropecuária por não ter uma resposta em relação à usina hidrelétrica de Carlos Chagas. Ainda não há. O chefe me ligou dizendo: "Pois é, você reclamou...". Estou reclamando de novo. Reclama de novo.

O nobre Deputado Carlos Pimenta está certíssimo em fazer a denúncia, em corrigir. Deputada Ana Maria Resende, parabéns pelo projeto. Tadeu, a turma do Norte, vocês precisam ficar unidos. Contem comigo e com o Antônio Júlio, guerreiro de todas as horas.

O Deputado Carlos Pimenta* - Muito obrigado, Deputado Getúlio Neiva. Exemplificando, esse pessoal que está ali está sempre nas bocas. Eles têm uma brincadeira que diz que eles não são batom, mas estão sempre na boquinha. Muda governo, sai governo, e estão sempre ali, mordendo e arrancando pedaço lá no Norte de Minas. Vamos dar um jeito nisso. Concedo um aparte ao Deputado Luiz Tadeu Leite.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte)* - Cumprimento o Deputado Carlos Pimenta, representante da região do Norte de Minas, por abordar esse assunto. Parabenizo a Deputada Ana Maria Resende, que coloca o assunto em pauta e cria limites menores para a área de proteção ambiental, para os projetos de preservação de áreas rurais em nossa região. Acho que o governo abusou do direito delegado por esta Casa de fixar esses limites e dentro da lei, porém, sem nenhum bom senso, acabou ampliando por demais a área a ser preservada. Curiosamente, isso coloca o Norte de Minas em uma posição antagônica porque, se a região precisa ser desenvolvida, tem de ter área para desenvolver. Se reduz a área para ser utilizada, está penalizando a região do Norte de Minas, em especial a classe rural; está desvalorizando os imóveis rurais do Norte de Minas quando fixa, como fixou aleatoriamente, a bel-prazer dos tecnocratas ambientalistas, essa proporção que foi colocada hoje. Antes a preservação era de até 20%. Já chegaram até a 60% de preservação. Daqui a pouco, tudo é para ser preservado. E o homem, o cidadão, o ser humano, que é o proprietário, tem sua propriedade desvalorizada. Isso está errado. Temos de ter aqui, com paixão ou sem paixão, mas com coragem, coragem de mudar, coragem de colocar o dedo na ferida, coragem de realmente mexer, pelo menos para voltar ao que era antes. Estava tudo muito bom. Por que agora tem de modificar de uma hora para a outra? O que mudou no Norte de Minas, de três, quatro, cinco anos para cá, que agora, ao invés de 20%, tem de passar a ser de 50 ou 60%? Advogo, junto a V. Exa., aproveitarmos a oportunidade do debate do assunto, o que a Deputada Ana Maria Resende nos proporciona ao trazer à baila e propor esse projeto de lei, recolocarmos a área de preservação nos 20% que eram e enfrentarmos esses que acham que o meio ambiente é para eles, e não para o resto da população. Essa é a minha opinião. Solidarizo-me com V. Exa.

O Deputado Carlos Pimenta* - Passarei a palavra para o Paulo Guedes, mas gostaria de dizer uma coisa, Tadeu. Minas Gerais possui 14 áreas de preservação ambiental - APAs. São áreas bonitas, cheias de montanhas, rios, lagoas e matas virgens. O Estado sobrevoa, acha bonito e decide transformar em área de preservação.

Sabem quantas se encontram no Norte de Minas? Doze. E sabem quantas dessas áreas de preservação ambiental criadas pelo governo não têm seu apoio e, assim, encontram-se invadidas por posseiros? Ao se chegar lá, encontra-se uma carvoeirinha. O sujeito vai lá, durante a noite, corta a madeira e faz o carvãozinho. Se vier uma fiscalização, ele entrará no meio do mato e ninguém o encontrará. Sabem quantas têm o apoio do governo? Nenhuma. É isso que nos revolta. O governo federal, o Igam, o IEF, esse pessoal que tem um grande aparato deveria cuidar das áreas de preservação ambiental do Norte de Minas, cercando-as e pagando aos proprietários. Eles desapropriam as terras, criam as áreas e não pagam aos proprietários. O sujeito, que herdou a terra de seu bisavô, avô ou pai, vê sua área desapropriada por meio de um decreto. Nesse caso, não recebe pelo que perdeu, o governo não investe os recursos, não cerca, não preserva a área. E as áreas lá estão. Inventaram que as matas secas do Norte de Minas, o cerrado pertence à floresta atlântica. Há 10 milhões de anos, a mata atlântica deveria estar no Norte de Minas. Não, mas são áreas que fazem parte do bioma mata atlântica, portanto não podem ser desmatadas, visto que há uma lei federal que proíbe o desmatamento da referida mata. Anexaram à mata atlântica o nosso cerrado, a nossa mata seca. Realizamos um estudo que demonstra que esse bioma, esse meio existente no Norte de Minas, não tem nenhuma característica nem é remanescente da mata atlântica. Esse fato foi demonstrado pelos mapas do IBGE. Entretanto, chegam lá e dizem que se trata de estudo unilateral e não o reconhecem. É isso o que ocorre. Há uma indisponibilidade, uma má vontade muito grande. Corroborando com o seu aparte, eles não investem nas áreas de preservação que desapropriam.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte)* - Deputado, além das APAs - que são áreas de proteção ambiental - situadas no Norte de Minas, como o senhor bem assinalou, ainda existem os parques nacionais. O Norte de Minas tem o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, em que a grande maioria, a quase totalidade dos proprietários, teve suas terras decretadas de utilidade pública. Foram desapropriados, viram-se diante de limites, pois não podem fazer o que querem em suas propriedades. Ademais, o governo federal ainda não pagou indenização a essas pessoas. Existe uma redução no direito de propriedade, mas o governo federal não fez o pagamento. Isso acontece no Norte de Minas, enquanto os ambientalistas redobram as exigências com os proprietários no que se refere a imóveis que não foram desapropriados. No entanto, não tomam nenhuma providência, impedindo a região de crescer. Esses abusos têm de acabar. Precisamos enfrentar essa situação, ir ao governo, se for necessário. No próprio governo, existe uma disputa interna entre os técnicos da agricultura, da indústria e comércio, que querem a produção e o desenvolvimento, e os técnicos do meio ambiente, que desejam a preservação pura e simples, ainda que em prejuízo das nossas comunidades, dos nossos proprietários rurais. Agradeço a V. Exa.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte) - Parabenizo o Deputado Carlos Pimenta por tratar de assunto tão importante, tema de discussão em todo o Norte de Minas. Trata-se da ação do meio ambiente, do projeto da Deputada Ana Maria Resende, que regulamenta a questão da mata seca, que hoje também é tema de discussão entre todos os produtores da nossa região.

Vamos mais adiante, dizendo que o rigor exercido pelos órgãos do meio ambiente em nossa região não é proporcional ao que se observa no restante do Estado. Isso porque no Sul de Minas, no Triângulo Mineiro, só há 7% de área preservada. Por que foram tão complacentes com essas regiões do Estado? Por que deixaram desmatar todo o Triângulo? E por que tanto rigor com nossa região, que hoje vive grande dilema? Somos exportadores de mão-de-obra barata. Daqui, todos os anos, saem milhares de ônibus e caminhões de trabalhadores que vão cortar cana no Triângulo, no Sul de Minas, e colher café no interior de São Paulo. Precisamos acabar com isso. Há um rigor absurdo por parte dos órgãos ambientais em nossa região!

Quero denunciar que, na semana passada, o Igam esteve nos Municípios de Manga e de São João das Missões, lacrou todas as bombas do Rio Itacarambi e aplicou multas absurdas. Há pessoas que possuem 5ha e receberam multa de R\$30.000,00. Se a pessoa vender sua terra, não pagará a multa. Isso é um absurdo, uma falta de bom senso! Parece que esse povo está em outro Estado, vive em outro ambiente, não conhece a realidade da nossa região!

No Rio Itacarambi, há a barragem da Codevasf. O rio secava todos os anos, hoje é perene. Ali há centenas de pequenos produtores. O Igam chegou lá e espalhou terror para a reserva indígena e para os pequenos posseiros e proprietários do Vale do Itacarambi.

Há ainda a questão dos poços artesanais. Aliás, Deputado, você já falou a esse respeito aqui. O Igam tem aplicado multas absurdas aos proprietários de poços artesanais da nossa região.

Esses mesmos órgãos, tão severos na aplicação da lei em nossa região, não fazem nada em relação, por exemplo, ao Rio São Francisco. Por causa do esgoto de Belo Horizonte, que cai no Rio das Velhas e, conseqüentemente, no Rio São Francisco, hoje os ribeirinhos estão proibidos de pescar. Hoje foi publicada, no "Estado de Minas", matéria sobre proibição de pesca no Rio São Francisco, no trecho de Pirapora ao Sul da Bahia. E os órgãos de meio ambiente, que são tão exigentes, passam a mão na cabeça da Copasa. Ninguém faz nada. Quando se discutiu a transposição das águas do Rio São Francisco, fizeram um estardalhaço, mas ninguém foi capaz de levantar a voz contra a Copasa, para denunciar. É um absurdo o que ocorre com o povo ribeirinho da nossa região!

A população de Pedras de Maria da Cruz está proibida de beber água. Lá não há a Copasa. A Prefeitura, para o abastecimento da cidade, puxa água diretamente do rio. Há mais de dois meses, o Município está sem água.

O Deputado Carlos Pimenta* - É inimaginável o desastre ecológico que está ocorrendo lá. Houve uma enorme proliferação de uma alga verde-azulada. O rio ficou até bonito, mas sua água é absolutamente imprópria ao consumo humano. Já foi provado que a causa da proliferação dessa alga no rio é o excesso de metais pesados. Os seus peixes também estão impróprios ao consumo, e sua água, sem tratamento específico, causa seríssimas doenças. Quem bebe dessa água sente ardor na garganta e dor no estômago e tem vômito e diarreia. Mas ninguém sabe o que a água pode causar, no futuro, às pessoas que a ingerem.

Estive em Januária e na região de Itacarambi e, em nenhum momento, vi algum tipo de ação por parte desses órgãos para coibir o que está acontecendo. Como proibirão de o esgoto de Belo Horizonte ser jogado lá? Não tem jeito. Mas tem de se acelerar o processo de tratamento do esgoto sanitário nesses rios - das Velhas, São Francisco e Paraopeba -, senão irá haver transposição de águas poluídas. E esse presente de grego será enviado aos nordestinos! Sempre fui favorável à transposição do Rio São Francisco, desde que a questão fosse tratada em Minas Gerais. Mas não há nem uma cidade sequer com esgoto tratado ao longo dessa imensa bacia.

Deputado Paulo, você também conhece o Rio Verde Grande, de Montes Claros, principal rio do Norte de Minas. Hoje ele está poluído, mas a Copasa está agindo, tratando todo o esgoto de Montes Claros e despoluindo-o. O Rio Verde é o exemplo, a fotografia do descaso, do despreparo dessas pessoas, que, por um lado, fingem estar preocupadas, e, por outro, fazem vista grossa. Não ligam para o crime que estão cometendo contra a nossa gente, contra o povo mineiro e contra as futuras gerações.

Vou pedir que a Comissão de Meio Ambiente e a de Defesa do Consumidor façam uma viagem ao São Francisco, pois temos que denunciar. Tenho a certeza de que, se a Rede Globo for até lá, fará uma matéria digna dos maiores prêmios mundiais de jornalismo. Pelo amor de Deus, mostrem o que acontece no São Francisco. Precisamos da denúncia jornalística. As águas do São Francisco são impróprias ao consumo humano. Milhares de pessoas vivem da pesca no São Francisco, e nada é feito. A denúncia do Paulo Guedes já foi feita por nós, estamos pedindo. É uma pena que haja cinco Deputados em Plenário, mas 600 Municípios nos assistem. Temos que bater na mesma tecla. "Água mole em pedra dura tanto bate até que fura". Temos que mostrar a situação. Não podemos passar por cima da lei. Lei é lei. Um país não pode fazer uma lei para o branco, outra para o preto, outra para o rico e outra para o pobre. O Estado não pode fazer uma lei para o Norte de Minas e outra para o Sul de Minas.

Não somos destruidores do meio ambiente. O norte-mineiro não destrói o meio ambiente. A consciência da população do Norte é muito superior ao texto legal; vem do coração do barranqueiro. Não somos destruidores, entretanto, precisamos de condições de sobrevivência.

Sabe o que estão fazendo? Estão trazendo as grandes usinas de cana-de-açúcar para produzir álcool, etanol. Estão invadindo o Triângulo Mineiro. Quanto custa um alqueire no Triângulo Mineiro, Deputado Antônio Júlio?

O Deputado Antônio Júlio* - R\$200.000,00

O Deputado Carlos Pimenta* - Um alqueire custa R\$200.000,00. E é um alqueirinho, não um alqueirão baiano como o nosso. Um alqueirinho é pouco mais de 20.000m²; o nosso, mais de 40.000², o dobro. Sabe quanto custa um alqueirão no Norte de Minas? Na região de Bonito de Minas, Cônego Marinho, Itacarambi, Manga, Montalvânia, é possível comprar um alqueire de terra até por R\$1.000,00, se não for por menos. O preço é R\$1.000,00. Se você chegar lá com R\$500,00 em "cash", o cara não resiste e vende. Eles compram mil alqueires no Norte de Minas, que equivalem a cinco alqueires no Triângulo Mineiro, e dizem que é área de preservação, área de compensação.

Estava no Plenário, quando me ligaram para informar que o Prefeito de Bonito de Minas - meu amigo, companheiro, bravo e honesto - estava na Cemig, porque havia usineiros do Triângulo querendo investir no Município. Pensei que seria bom, que poderiam investir na nossa região. Ao chegar à reunião com o Presidente da Cemig, constatei que estavam pedindo à empresa que o programa Luz para Todos, feito para atender ao coitadinho que não tem energia em casa, desse um jeitinho de levar energia para uma área de preservação que adquiriram em Bonito de Minas, para compensar a destruição que fizeram no Triângulo Mineiro. Engraçadinhos, não? Eles expulsaram 76 famílias das suas terras. Aí eles dizem: não expulsamos, compramos. Ora, quanto pagaram? Pagaram o preço do Triângulo Mineiro?

Não, não, no Triângulo Mineiro, o preço é outro. Então, compraram de 76 famílias lá, e ainda queriam que o governo levasse a luz, de graça, porque montariam uma escolinha de ecologia, de ecossistema, aquele negócio todo. Vejam que coisa. Além de destruir o que é nosso, sonhos, acabar com a região do Norte de Minas, eles pensam que somos bobos, mas o norte-mineiro não tem nada de bobo. Ele pode ser esquecido, humilde, mas não é bobo, e não aceitaremos isso que está acontecendo. Se querem preservar, que isso seja feito nas bacias hidrográficas, tema, aliás, de um projeto de lei do Deputado Paulo Guedes. Querem plantar no Sul de Minas? Preservem no Sul de Minas. "Mas não tem o que preservar." Então reflorem. Por que não podem reflorar as regiões? Por que deve ser na região do Norte de Minas?

Então, Vanderlei, pagam as pessoas que têm, por exemplo, 10alq, 5ha, e o que acontece? Farei uma pergunta ao senhor, que é um Deputado que respeito e que engrandeceu muito esta Casa: o que acontece com 70 famílias que recebem um dinheirinho, deixam suas terras e casas e vão para as periferias do Município? Passo a palavra a V. Exa. e, depois, ao Deputado Paulo Guedes.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Deputado Carlos Pimenta, quero parabenizá-lo pelo tema abordado que creio ser bastante efervescente, pois está sendo discutido todos os dias. V. Exa., como cientista e médico, entenderá perfeitamente o que direi, um ditado bastante conhecido. Alguém disse que a diferença entre um remédio e um veneno é apenas uma questão de dose. Às vezes, essa linha é muito tênue.

Creio que devemos ter, sim, uma preocupação com o meio em que vivemos, preservando-o, porque precisamos pensar nas nossas futuras gerações que aqui viverão quando não mais estivermos aqui. Mas, como já foi dito aqui, é preciso que haja bom senso nas decisões. V. Exa. me faz uma pergunta: "O que essas famílias farão?". Lembro-me de uma época em que o governo federal, para incentivar a agricultura no Norte do País, deu terras para as famílias daquela região, mas não lhes forneceu condições de explorá-las, e estas foram trocadas por bicicletas, porco e cabrito.

Então imagino que essas famílias pegarão esse dinheirinho, comprarão alguma coisinha aqui e ali, não conseguirão repor as suas terras e, daqui a pouco, engrossarão as fileiras dos chamados sem-terra em busca de um espaço, porque, convenhamos, com esses valores que V. Exa. menciona, não dá para comprar absolutamente nada. Em Belo Horizonte, não comprariam - e peço perdão, pois não quero com isso menosprezar ninguém - nem um barracãozinho em uma favela, a verdade é essa.

Não me estendendo aqui, a fim de não tomar o tempo de V. Exa., quero dizer que também tenho uma preocupação muito grande. Tenho um amigo industrial em Belo Horizonte que, depois de tentar, por cinco anos, um alvará para sua indústria funcionar no Bairro São Francisco, em um galpão que está lá construído há vários anos, atendendo sua indústria a todas as exigências, Deputado Antônio Júlio, disse que se mudaria para o Espírito Santo, porque exigiram que ele construísse um cinturão verde em torno do seu galpão, onde não há área para isso. Ou seja, o prédio está lá há não sei quantos anos, e a lei não é capaz de ser sensível a essas questões. Conclusão: ele está levando todo o seu complexo para o Espírito Santo, e Minas Gerais deixa de empregar e arrecadar, porque mais um empresário sai de Belo Horizonte, em razão de não conseguir diálogo com o meio ambiente, a fim de poder continuar a tocar seu projeto. Ele não agüentou ficar renovando o alvará, pois não tinha o definitivo, Deputado Paulo Guedes.

Ontem, a Frente Parlamentar em Defesa da Duplicação da BR-381 foi lançada nesta Casa. Foi feita uma explanação maravilhosa do projeto, que custa R\$1.500.000.000,00. Não era nem um projeto, mas um escopo, porque o projeto ainda está sendo feito. Tudo que foi mostrado é maravilhoso, mas existem aspectos ambientais. Muitos túneis serão construídos devido aos impactos ambientais.

A Deputada Ana Maria Resende dizia que as pessoas estão legislando. Pasmem os senhores, a construção de um dos viadutos dessa obra foi definido pelo pessoal do meio ambiente, e não pelos engenheiros! Creio que estamos perdendo um pouco a noção. Não entrarei no mérito técnico da questão, mas vale o ditado "cada macaco no seu galho".

O Deputado Paulo Guedes (em aparte) - Em relação à questão da reserva legal, a que se referiu V. Exa., há um projeto em discussão na Comissão de Meio Ambiente, segundo o qual a reserva legal tem de ser feita na propriedade da mesma bacia hidrográfica. Na Comissão de Meio Ambiente, foi apresentado um substitutivo ao meu projeto, trocando "bacia hidrográfica" por "bioma", o que já flexibiliza para o Triângulo.

Volto a afirmar que a Justiça, no Brasil, é só para os pobres, e cadeia, só para ladrões de galinhas. As leis rigorosas do meio ambiente, em Minas Gerais, são só para os pobres e para o Norte de Minas. Digo isso com muita convicção. Os órgãos são criados para legislar sobre todo o Estado, mas no Sul de Minas e no Triângulo só há 7% de reserva. Por que deixaram desmatar tudo e querem vir com todo o rigor para o Norte de Minas, que tem 53% de reserva legal? Por que não usam o mesmo rigor com os usineiros e com os proprietários do Triângulo para recompor suas reservas? Rondam nossa região com helicópteros, apresentando nossas terras para serem compradas a preço de banana e continuam desmatando o Triângulo.

Desafio os órgãos ambientais a explicar isso nesta Casa. Por que existe tanto rigor com os pobres e tanta complacência com os ricos do Triângulo?

O Deputado Carlos Pimenta* - Agradeço o aparte. Quero apresentar dois temas pertinentes ao projeto. Em primeiro lugar, falarei sobre a questão das barragens. No Norte de Minas, há 26 barragens projetadas pela Codevasf e cerca de 10 ou 12 barragens projetadas pelo Dnocs. Barragens projetadas são aquelas cujos projetos foram feitos há vários anos. São barragens fundamentais para preservar o ecossistema da região do Norte de Minas.

Estamos enfrentando uma seca de seis meses. Na televisão, os programas de meteorologia mostram nuvens no Sul de Minas e no Sudeste, mas no Norte de Minas só mostram o Sol. Há 180 dias, não chove no Norte de Minas. Há quase mil córregos e rios secos, entre eles o Rio Verde. A barragem de Congonhas, que fica entre Itacambira, Francisco Sá e Montes Claros, tem a finalidade de abastecer Montes Claros, porque o sistema que está lá não dura mais nem cinco anos. A finalidade dessa barragem é jogar água no Rio Verde Grande para perenizar o principal rio do Norte de Minas. Sabem qual é a maior dificuldade que enfrentamos? Dinheiro.

Por três anos consecutivos, o governo federal vem colocando recursos no Orçamento da União para o Ministério de Integração Nacional, mas os "experts" do meio ambiente de Minas Gerais dão bomba em tudo quanto é projeto. Dizem: "Vocês não fizeram projeto específico para salvar os tatus da região". Ora, nunca vi tatu morrer afogado. E mais: "Vocês não fizeram projeto específico para isto e aquilo". A maior dificuldade é obter as licenças ambientais.

Outra calamidade pública são as barragens que não saem do papel. Na Barragem de Berizal, por exemplo, que fica na região de Itaiobeiras e São João do Paraíso, já foram aplicados milhões e milhões de recursos, e a obra está parada, porque o meio ambiente deu bomba no projeto. O dinheiro é do governo federal, e eles mesmos dão bomba nos projetos.

A Barragem do Jequitáí, por que lutamos tanto, fazendo audiências públicas e dizendo que ela é importante para a transposição, recebe um dinheirinho quando eles a visitam, e pronto.

O Dr. Anderson Chaves, da Codevasf, grande companheiro, pessoa nota 10, vai lá, coitado, faz as reuniões, luta, expõe-se pessoalmente, e a coisa não anda, não rompe. Tudo isso por atraso do meio ambiente, por falta de recursos.

Graças a Deus, a Barragem do Pião, em São João do Paraíso, está sendo construída, o que devemos à persistência de Paulo Bregunci, da Ruralminas, grande homem público, que bateu firme a favor da obra; do Governador Aécio Neves, que não aceitou que se interrompessem as obras e se perdessem os recursos; e do Secretário Danilo de Castro. Em razão desse enorme esforço por parte das principais autoridades do Estado, aquela barragem está saindo, mas 38 outras estão apenas no papel.

Para finalizar, Sr. Presidente, trago um tema que é novo e que, nesta tribuna, servirá, várias vezes, de assunto para mim e meus companheiros. Trata-se do programa de biodiesel do Norte de Minas. Escutem esta: o Presidente Lula foi a Montes Claros e anunciou que a Petrobras iria construir três usinas de biodiesel no Brasil, uma no Norte, outra no Nordeste e a terceira em Montes Claros. Muito bem. Achemos ótimo e aplaudimos.

O Presidente Lula cumpriu a palavra. A usina, obra de R\$75.000.000,00, será inaugurada em dezembro, mas sabem o que está acontecendo? Não temos matéria-prima suficiente - mamona, pião manso e girassol - para atender a 1% da demanda da usina de biodiesel de Montes Claros. Vejam como esse pessoal trabalha: anuncia e cumpre a palavra, mas precisaria ter criado um programa paralelo ao do biodiesel. Deveria ter dito ao produtor do Norte de Minas que o governo está com um programa sério de produção de combustível fóssil e que, no próximo ano, precisará de bilhões de litros. Que o produtor plante, então, tranquilamente. Teria de dar-lhe dinheiro, crédito e assistência técnica. Mas o governo não fez isso.

Agora, quando viram que a coluna da construção andou - afinal, é fácil construir: dinheiro há, e os empreiteiros aí estão, como piranha, mordendo o que podem -, perceberam que não se preocuparam com a produção da matéria-prima. E agora? Faremos biodiesel de quê? Instalarão a empresa, que gerará não sei quantos mil empregos, mas não há matéria-prima.

O governo federal percebeu que alguma coisa está errada. Foi lá e chamou o governo do Estado. Palmas para o Presidente Lula, que nisso não colocou nenhum componente político.

Ontem tivemos uma reunião importantíssima com o Presidente da Emater, Dr. José Silva, que está correndo para apresentar um programa à Petrobras, para que ela sensibilize nossa região. O Triângulo Mineiro, cuja produção será o metanol, já está produzindo cana, mas nossa região, que será o pólo do biodiesel, não tem matéria-prima plantada.

O Grupo Sada, do nosso querido ex-Deputado Federal Vittorio Mediolini, um dos homens de maior visão deste país, está plantando, em Jaíba, mamona para fazer óleo. E sabem o que está acontecendo? Toda a produção está sendo comprada por um grupo paulista, que a transformará em óleo lubrificante para a Nasa. Um litro de óleo custará R\$1,20 para o produtor. O óleo lubrificante será vendido por R\$5,00. O Grupo Sada está tentando ampliar sua produção para fazer face à necessidade do biodiesel. Isso parece uma anedota, uma piada. O Norte de Minas será o pólo brasileiro do biodiesel, mas não possui a mamona para ser moída. O pinhão manso, daqui a cinco anos, dará seus primeiros cachos.

Como ficará essa usina? Aliás, sei o que acontecerá: transportarão trigo do Triângulo Mineiro para o Norte de Minas, onde esse produto será moído e prensado, para que o óleo extraído seja distribuído para o Triângulo Mineiro e para Belo Horizonte.

Quero terminar, Sr. Presidente, mostrando esses dois importantes programas de investimento. Quanto à construção de barragens, no Norte de Minas cai muita chuva em apenas dois meses. Em dezembro e janeiro, temos muita chuva. A água infiltra no solo e vai embora. Deputado Vanderlei Miranda, existem 38 barragens projetadas. Por que não são construídas? Qualquer pessoa que visite Bico da Pedra, em Janaúba, verá um oásis nessa região árida. Uma barragem é fundamental, porque trará turismo, irrigação e contribuirá nos abastecimentos humano e animal.

Sempre que sai um dinheirinho, esse pessoal, que é "expert", PHD em deliberações normativas, toma decisões que resultam em situações como a da Barragem Berizal, que está lá há 10 anos. Foram gastos quase R\$60.000.000,00 na construção dessa barragem, que está parada sob a alegação de que irá causar assoreamentos. Está parada há 10 anos. É um desperdício de dinheiro público. Existe sempre uma mente iluminada, uma pessoa que, entra governo, sai governo, está sempre atrapalhando, atravancando a nossa região.

Sr. Presidente, termino reafirmando que o Norte de Minas possui uma consciência ecológica que não é encontrada em nenhuma outra região. Temos reservas legais que precisam ser reconhecidas e abastecidas com assistência e recursos, a fim de serem preservadas. A nossa vocação é a agropecuária. Não somos destruidores do meio ambiente, mas não somos bobos a ponto de aceitar calados esse absurdo que desejam fazer conosco, ou seja, que a nossa reserva legal seja aumentada para 60%, matando o povo de fome e nos obrigando a vender as nossas terras por preços mais baratos, a fim de construir reservas legais de outras regiões.

Não aceitamos isso. Queremos um tratamento igual. Admitimos que as áreas de reservas sejam ampliadas, mas as pessoas que usam suas terras com consciência e respeito precisam também de deliberações normativas que lhes liberem créditos e seguros agrícolas. Os trabalhadores precisam perfurar poços artesianos sem serem esfolados pelo Igam com multas de R\$1.500,00 e R\$15.000,00, por causa da outorga, que deve ser paga. Somos gente simples, merecemos e precisamos de respeito.

Sr. Presidente, neste momento, quero cumprimentar o Dr. Alexandre Viana, Presidente da Associação Rural de Montes Claros, e o Julinho Pereira, guerreiros nesta questão da mata seca. Espero não só que esse projeto seja acatado pelos Deputados, mas também que realizemos lá uma grande audiência pública, levando essas mentes iluminadas daqui para conhecerem a nossa região, a fim de que seja apresentado um programa de desenvolvimento para o Norte de Minas. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Vanderlei Miranda.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Deputado Carlos Pimenta, quero usar o meu tempo, mas vou deixar a abertura para continuarmos a discussão na parte da tarde, uma vez que é bastante rica. Só quero dizer que temos uma grande preocupação com os rios. O Deputado Carlos Pimenta citou o caso do São Francisco. Sou freqüentador dos rios, porque gosto da pesca, e, quando vejo o Deputado Paulo Guedes falando das multas que os pequenos receberam recentemente na região, fico imaginando o desequilíbrio que há na aplicação da lei.

Os Deputados Doutor Viana e Carlos Pimenta sabem muito bem - este, majoritário em toda essa região - que temos, na margem do Rio São Francisco, em Três Marias, a Companhia Mineira de Metais, que gera centenas de empregos e sustenta a cidade. Sob esse argumento, lá está instalada e praticamente intocável, eu diria, pelos órgãos de fiscalização. E o argumento é sempre o mesmo. A indústria lá se instalou há mais ou menos 40 anos, numa época em que não havia preocupação com a questão ambiental. Mas ela está ali hoje jogando veneno dentro do rio, matando milhares e milhares de espécimes. No entanto, o rigor da lei não a alcança.

Quem visitar o São Francisco, especialmente na região de Três Marias, encontrará um lutador em defesa do rio, chamado Norberto, que possui uma estrutura de atendimento para turistas e pescadores. Esse homem tem com ele "pedras" que recolheu do rio. Quem olha à primeira vista pensa ver uma pedra; mas não é. É resíduo que ele tirou do fundo do rio, que está sendo despejado dentro dele, uma coisa inconcebível.

O que vemos, muitas vezes, é a frustração no empreendimento das ações, pois não se consegue resolver esse problema. Sempre estamos tendo notícias da mortandade de peixes no Rio São Francisco. Para mim, é um milagre o São Francisco e o Paraopeba terem a vida que têm e ainda encontrarmos ali certos exemplares, como no caso do Paraopeba, mesmo com toda essa poluição. Se quiserem ter noção da poluição do Paraopeba, vão até a barra do rio, em Felixlândia, onde ele se encontra com a represa de Três Marias, para constatar o que ali chega de entulho e lixo. É lá que temos a noção do quanto esse rio é agredido. E, como que numa contradição - vejo aí o milagre -, exemplares de surubim de 60, 70 quilos ainda são encontrados no Paraopeba. Em Juatuba isso acontece. É um milagre que esses rios ainda consigam manter a vida, apesar de toda a agressão que estão sofrendo.

Enquanto tiver espaço, continuarei falando da minha preocupação com as agressões que os nossos rios estão sofrendo e de como estamos impotentes para implementar as ações que vão coibir essa situação.

Questão de Ordem

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, como estou verificando a inexistência de quórum para o prosseguimento dos trabalhos, solicito o encerramento, de plano, da reunião. Deixarei para prosseguir com o assunto na parte da tarde.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência encerra, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, a discussão, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.116 e 1.446/2007, uma vez que permaneceram em ordem do dia por 6 reuniões.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência encerra a reunião, desconvoando a reunião extraordinária de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária das 14 horas, com a ordem do dia já publicada.

* - Sem revisão do orador.

Às 9h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gilberto Abramo, Delvito Alves, Hely Tarquínio, Neider Moreira, Sargento Rodrigues, Sebastião Costa e Ademir Lucas, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Antônio Júlio e Wander Borges. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Gilberto Abramo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.621, 1.624, 1.625 e 1.633/2007 (Deputado Gilberto Abramo); 1.618, 1.619 e 1.631/2007 (Deputado Sebastião Costa); 1.623, 1.636 e 1.641/2007 (Deputado Delvito Alves); 1.626, 1.632 e 1.637/2007 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 1.620, 1.629, 1.634 e 1.638/2007 (Deputado Hely Tarquínio); 1.617, 1.627, 1.639 e 1.640/2007 (Deputado Sargento Rodrigues); 1.622, 1.628 e 1.635/2007 (Deputado Neider Moreira); 1.068/2007 (relator: Deputado Gilberto Abramo, em virtude de redistribuição); 1.585/2007 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 104 e 1.310/2007 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, aprovado pela Comissão. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela antijuridicidade, ilegalidade e inconstitucionalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 687/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio). O Projeto de Lei nº 731/2007 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento da Deputada Ana Maria Resende. Os Projetos de Lei nºs 849, 1.489 e 1.515/2007 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Delvito Alves, aprovado pela Comissão. É aprovado requerimento que solicita seja encaminhado à Mesa da Assembléia o Projeto de Lei nº 1.010/2007, para se examinar a possibilidade de sua anexação ao Projeto de Lei nº 952/2007. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.068 e 1.560/2007, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de prorrogação de prazo solicitada pelos respectivos relatores, Deputados Gilberto Abramo e Sebastião Costa. Os Projetos de Lei nºs 1.422 e 1.459/2007 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Hely Tarquínio, aprovado pela Comissão. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Sebastião Costa, que conclui pela antijuridicidade, ilegalidade e inconstitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.503/2007, no 1º turno, o Presidente solicita vista da matéria. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres pela juridicidade, legalidade e constitucionalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.524/2007 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Gilberto Abramo); 1.599/2007 (relator: Deputado Delvito Alves); 1.600/2007 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 1.603/2007 (relator: Deputado Delvito Alves, em virtude de redistribuição). Às 10h5min, o Presidente suspende a reunião. Às 11h31min são reabertos os trabalhos, com a presença dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Gilberto Abramo, Delvito Alves, Hely Tarquínio e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Antônio Júlio. Nos termos do art. 136, § 3º, do Regimento Interno, o relator, Deputado Sebastião Costa, solicita a distribuição de avulso do parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.585/2007 que conclui pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade com as Emendas de nºs 1 a 13. São convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão o Projeto de Lei nº 1.609/2007; à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e ao Prefeito do Município de São Francisco o Projeto de Lei nº 1.621/2007. O Projeto de Lei nº 1.627/2007 é retirado da pauta por falta de pressupostos regimentais. Com a palavra, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva emite parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.658/2007, no qual conclui pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade na forma do Substitutivo nº 1. Anunciada a discussão, o Presidente informa que se encontram sobre a mesa três propostas de emenda de autoria do Deputado Sargento Rodrigues. Encerrada a discussão, o Presidente submete a votação o parecer, salvo propostas de emenda apresentadas, que é aprovado. Em seguida, submete a votação as propostas de emenda que são rejeitadas. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Às 12h3min, o Presidente suspende a reunião para que os Deputados possam participar dos trabalhos no Plenário. Às 12h15min são reabertos os trabalhos com a presença dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Neider Moreira, Sebastião Costa, Gilberto Abramo, Delvito Alves, e Sebastião Costa. Às 12h17min, o Deputado Sargento Rodrigues comparece no recinto. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade dos Projetos de Lei nºs 909, 1.594 e 1.618/2007 este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa); 1.409 e 1.605/2007 (relator: Deputado Delvito Alves); 1.590/2007 (relator: Deputado Hely Tarquínio); 1.595/2007 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 1.606/2007 (relator: Deputado Gilberto Abramo, em virtude de redistribuição); 1.607 e 1.624/2007 (relator: Deputado Gilberto Abramo); e 1.617/2007 (relator: Deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos que solicitam sejam convertidos em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 1.589, 1.592, 1.608, 1.612, 1.622, 1.629 e 1.635/2007 e ao DER-MG os Projetos de Lei nºs 1.593 e 1.597/2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2007.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Sargento Rodrigues - Gilberto Abramo - Hely Tarquínio.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 101ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, EM 23/10/2007

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.116/2007, da Deputada Ana Maria Resende, que estabelece normas para o uso alternativo do uso do solo da Mata Seca. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.446/2007, do Governador do Estado, que revoga o art. 22 da Lei nº 14.699, de 6/8/2003, que dispõe sobre formas de extinção e garantias do crédito tributário. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva e outros, que altera o " caput " do art. 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 868/2007, do Deputado Sebastião Costa, que dá denominação de Aeroporto Regional de Manhuaçu Elias Breder ao aeroporto regional de Santo Amaro de Minas. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Transporte opinou pela rejeição do projeto. Incluído em ordem do dia para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 351/2007, do Deputado Doutor Viana, que dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de seguro por parte dos estacionamentos no âmbito do Estado. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 426/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a instalação de sistema sensor e válvulas de bloqueio de gás e dá providências correlatas. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 708/2007, do Deputado Padre João, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo às Culturas de Floricultura e Horticultura e dá outras providências. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 301/2007, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre incentivo a adoção de política de controle ambiental. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Meio Ambiente .

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 772/2007, do Deputado Irani Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dom Silvério o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 788/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tupaciguara o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.237/2007, do Deputado Gil Pereira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pirapora o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 31ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 23/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, especialmente sua interpretação e aplicabilidade.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 29ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 23/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 909/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 1.342/2007, do Deputado Sebastião Helvécio.

Requerimento nº 1.296/2007, do Deputado Djalma Diniz.

Finalidade: conhecer e debater temas relacionados à proposta de revitalização e modernização do Estádio Magalhães Pinto - Mineirão -, constante do Caderno de Encargos entregue pelo Governador Aécio Neves ao Presidente da CBF, para que o mencionado estádio possa sediar jogos da Copa do Mundo de 2014.

Convidado: Gustavo Corrêa, Secretário de Esportes e Juventude.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 25ª reunião ordinária da comissão de Cultura Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 23/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 614/2007, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.537/2007, do Deputado Sávio Souza Cruz, e 1.563/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Requerimentos nºs 1.278/2007, do Deputado André Quintão, 1.313/2007, da Comissão de Participação Popular e 1.328/2007, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 27ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 23/10/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.561/2007, do Deputado Neider Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 23/10/2007, destinada à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior e, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva e outros, que altera o " caput " do art. 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado; dos Projetos de Lei nºs 301/2007, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre incentivo à adoção de política de controle ambiental, 351/2007, do Deputado Doutor Viana, que dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de seguro por parte dos estacionamentos no âmbito do Estado, 426/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que dispõe sobre a instalação de sistema sensor e válvulas de bloqueio de gás e dá providências correlatas, 708/2007, do Deputado Padre João, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo às Culturas da Floricultura e Horticultura e dá outras providências, 772/2007, do Deputado Irani Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Dom Silvério o imóvel que especifica, 788/2007, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tupaciguara o imóvel que especifica, 868/200, do Deputado Sebastião Costa, que dá a denominação de Aeroporto Regional de Manhuaçu Elias Breder ao aeroporto regional de Santo Amaro de Minas, 1.116/2007, da Deputada Ana Maria Resende, que estabelece normas para o uso alternativo do uso do solo da Mata Seca, 1.237/2007, do Deputado Gil Pereira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pirapora o imóvel que especifica e 1.446/2007, do Governador do Estado, que revoga o art. 22 da Lei nº 14.699, de 6/8/2003, que dispõe sobre formas de extinção e garantias do crédito tributário; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 22 de outubro de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Agostinho Patrús Filho, Gilberto Abramo e Vanderlei Jangrossi, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/10/2007, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar pareceres em fase de redação final e proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2007.

Lafayette de Andrada, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gilberto Abramo, Delvito Alves, Hely Tarquínio, Neider Moreira, Sargento Rodrigues e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/10/2007, às 17 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os pareceres para o 1º turno dos Projetos de Lei nºs 1.585 e 408/2007, do Governador do Estado, 982 e 1.310/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, 1.514/2007, do Deputado Deiró Marra, 1.560/2007, do Deputado Juninho Araújo, 1.566/2007, do Deputado Lafayette de Andrada, 1.610/2007, do Deputado Leonardo Moreira, 1.645/2007, do Deputado José Henrique, 1.662/2007, da Deputada Elisa Costa e do Deputado Carlin Moura, e de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 418/2007, do Deputado Djalma Diniz, 791/2007, do Deputado Ademir Lucas, 811/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes, 1.199/2007, do Deputado Célio Moreira, 1.491/2007, do Deputado Tiago Ulisses, 1.538/2007, do Deputado Weliton Prado, 1.646 e 1.647/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, 1.649/2007, do Deputado Fahim Sawan, 1.653/2007, do Deputado Hely Tarquínio, 1.656/2007, do Deputado Delvito Alves, 1.663/2007, do Deputado Carlos Pimenta e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2007.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Tadeu Leite, João Leite, Ruy Muniz e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/10/2007, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de realizar audiência pública para obter esclarecimentos sobre reforma agrária na região de Salto da Divisa, com a presença de convidados e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2007.

Durval Ângelo, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 909/2007

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em tela tem por objetivo dar denominação ao trecho da Rodovia MGT-265 que liga a BR-040 ao Município de Desterro do Melo.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 909/2007 pretende dar denominação de Randolpho Martins do Amaral ao trecho da Rodovia MGT-265 que liga a BR-040 ao Município de Desterro do Melo.

A homenagem que ora se pretende fazer a Randolpho Martins do Amaral é justa, pois esse antigo líder político atuou decisivamente para que a estrada que faz a ligação com Desterro do Melo fosse aberta em 1912.

Nascido nesse Município, tornou-se proprietário rural e colaborador permanente da Paróquia Nossa Senhora do Desterro. Suas doações muito ajudaram os pobres e também na restauração e manutenção dos prédios, das igrejas e capelas do Município. Presidente do Conselho Distrital em 1894, foi nomeado Juiz de Paz em 1908. Em 1913, foi indicado um dos patronos da construção da estrada entre Barbacena e Desterro do Melo, atuando junto ao então Governador do Estado, Bias Fortes, para sua concretização. Seu esforço foi premiado com a conclusão das obras da importante rodovia.

A homenagem que se pretende fazer por meio desta proposição é, portanto, justa e oportuna.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 909/2007, em turno único.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2007.

Gustavo Valadares, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

98ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 16/10/2007

O Deputado Luiz Tadeu Leite* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham nesta tarde, das galerias e de suas residências, por intermédio da TV Assembléia, que penetra todos os recantos do Estado, minhas senhoras e meus senhores, nossa primeira palavra é de apoio ao Projeto de Lei Complementar nº 29, que regulariza a remuneração e a situação dos Defensores Públicos do Estado.

Há alguns meses, quando estivemos com o Governador do Estado, Aécio Neves, S. Exa. nos disse, respondendo a uma nossa indagação, que encaminharia a esta Casa um projeto de lei que resolveria o problema dos Defensores Públicos. Nós, parlamentares desta Casa, ficamos felizes porque a Defensoria Pública tem aqui grande guarida e está sempre presente nesta Assembléia. Ficamos felizes em saber que chegou a esta Casa o Projeto de Lei Complementar nº 29, assim como definições que garantem um mínimo de condições de trabalho para esses profissionais, não só na Capital, mas também em todo o interior do Estado. O Governador Aécio Neves oferece esse avanço, porque diversas categorias já resolveram suas pendências quanto ao piso salarial e à remuneração. Agora, ele atende também à classe dos Defensores Públicos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em Montes Claros ainda é pranteado o médico ginecologista e obstetra, o pai de família, o cidadão Dr. Néelson Vilas Boas Abreu, que faleceu na semana passada. Esse cidadão, que conheci desde sua origem humilde na região dos Morrinhos, dedicou sua vida à medicina nos últimos 40 anos, sempre tratando a todos com a maior dignidade.

Um dos melhores e mais procurados médicos obstetras da cidade faleceu, na semana passada, vítima de um mal súbito e incurável. Na véspera de seu falecimento, ainda estava atendendo em seu consultório. Toda a cidade de Montes Claros conhecia o trabalho e a pessoa do saudoso Dr. Néelson Vilas Boas Abreu, e hoje está pranteando seu falecimento.

Desta tribuna, solicito que à sua esposa, Sra. Olívia, seja manifestado, por meio de comunicação, o melhor sentimento de solidariedade desta Casa Legislativa à família do Dr. Néelson Vilas Boas Abreu.

Ressalto ainda que em Montes Claros ocorre um fato grave, em relação ao qual as famílias têm aumentado sua preocupação: a insegurança. Nesta semana, foram contabilizados 63 assassinatos, todos ocorridos de forma radical, cometidos por grupos de extermínio, em virtude de acerto de contas. Muitas mortes foram motivadas pelo tráfico de drogas, e as polícias não conseguem evitar, estancar esse crescendo de violência em nossa cidade. Como já disse, até agora contabilizaram-se 63 mortes; a média é de quase um assassinato por dia. Essa questão está colocando a cidade em polvorosa, causando inquietações às nossas famílias e trazendo grande prejuízo para a nossa comunidade, fato que exige das autoridades uma providência a fim de conter essa onda de criminalidade.

Lamentavelmente, o Prefeito de Montes Claros, que deveria estar à frente de um movimento que tivesse como objetivo estancar essa onda de violência, fez o "favor" de acabar com a Secretaria de Segurança do Município, que poderia estar trabalhando para reduzir os índices da violência que atinge as zonas urbana e rural da nossa cidade, onde sou Deputado majoritário.

Desta Casa, lançamos um grito para que as Polícias Militar, Civil e Federal, enfim, para que as autoridades responsáveis pela segurança pública se unam a fim de conseguir uma redução gradual do índice de criminalidade em Montes Claros.

O Deputado Ruy Muniz (em aparte) - Também quero solidarizar-me com a família do Dr. Néelson Vilas Boas, que realmente foi um dos maiores médicos da história do Norte de Minas. Sua morte significa uma grande perda para a medicina de Montes Claros e de toda Minas Gerais. Mando um abraço especial à Diretora, à Profa. Nilva Vilas Boas, sua irmã, bem como à sua esposa, aos seus filhos e aos seus sobrinhos. É uma grande perda, que sentimos muito.

Deputado Luiz Tadeu Leite, concordo com V. Exa. no que se refere ao absurdo que está acontecendo em Montes Claros, que hoje está chegando à quarta posição no rol de cidades mais violentas de Minas Gerais, fato que se deve à falta de um Prefeito atuante, que recrie a Secretaria de Segurança a fim de oferecer segurança ao nosso povo. Obrigado.

O Deputado Luiz Tadeu Leite* - Agradeço ao nobre Deputado Ruy Muniz, que também é votado em Montes Claros, a comprovação ao nosso pronunciamento.

Srs. Deputados, assistimos a uma onda de preocupação dos designados de todo o Estado de Minas Gerais, especialmente da região do Norte de Minas, particularmente de professores e serviços da Unimontes, que querem saber se são abrangidos ou não pelo Projeto de Lei Complementar nº 27, que está tramitando nesta Casa. Na semana passada, esse projeto foi aprovado em 1º turno; nesta semana, hoje ou amanhã, será aprovado em 2º turno.

Ficamos preocupados em saber quais designados seriam beneficiados com esse projeto de lei complementar; portanto aproveite o ensejo para dar uma informação a todos os designados do Estado de Minas Gerais, especialmente os da região do Norte de Minas, os de Montes Claros, que nos manifestaram suas preocupações. A informação que obtive, ao analisar o referido projeto de lei, que se encontra em tramitação nesta Casa, é que serão efetivados, independentemente de onde trabalhem, em quaisquer universidades, em quaisquer espaços, todos os designados que o tenham sido com base na alínea "a" do § 1º do art. 10 da Lei nº 10.254, de 1990. A condição para estarem beneficiados e serem abrangidos pela lei que estamos aprovando é terem sido designados, com base na Lei nº 10.254, aqueles que tenham sido designados até 31/12/2006 e que estejam em exercício na data de publicação desta lei que estaremos aprovando. Dentro de 10 dias, a lei provavelmente será publicada.

São essas as condições. Isso nos leva a crer que não há um tempo de 5, 8 ou 10 anos. Não, até servidores com dois ou três anos estão abrangidos por esta lei que estamos aprovando aqui na Casa.

Causou certa preocupação uma emenda que previa um prazo de cinco anos, mas que não foi aprovada. Ora, a lei não fala em prazo, não diz do tempo de serviço. A lei dá as condições de que tenham sido designados baseados na alínea "a" do § 1º do art. 10 da Lei nº 10.254 ou que tenham sido designados até o dia 31 de dezembro do ano passado. Então, podem ser dois, três, cinco ou mais anos, desde que esteja em exercício na data de publicação da lei. Para efeito de aposentadoria futura, será contado o tempo que trabalhou no Estado como designado. Então, poderão ter sido 2 ou 10 anos atrás, ou mais 3 anos, há 6 anos, com mais 2 anos agora. Esse tempo será somado para efeito de aposentadoria. Mas não importa o tempo para efeito de estar beneficiado, efetivado de acordo com o Projeto de Lei nº 27, que iremos aprovar de hoje para amanhã.

Portanto, essa notícia vem tranquilizar a todos os servidores designados do Estado: eles, estando nessas condições, automaticamente serão beneficiados.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, no tempo que me resta gostaria de comentar que a bancada do Norte, sob à coordenação da diligente Deputada Ana Maria Resende, esteve reunida há pouco com o Presidente da Emater e ouviu uma análise sobre a questão do biodiesel no Norte de Minas.

Saímos de lá preocupados por o carro ter passado adiante dos bois na questão do biodiesel. Melhor esclarecendo, houve uma preocupação da Petrobras em construir uma usina de biodiesel, uma obra de R\$60.000.000,00. A construção já está adiantada. Dizem que ficará pronta até o final do ano. Mas a Petrobras, o governo do Estado, o governo federal, nem ninguém se preocupou em aumentar, em criar a produção da matéria-prima que será utilizada nessa usina de biodiesel.

Não está sendo plantado pinhão-manso, mamona, girassol, nada está sendo plantado. Não está havendo o incentivo para aumentar essa produção, para que essa usina seja utilizada. Do que foi dito, objeto de consenso na reunião de hoje, a conclusão a que chegamos é que, quando ficar pronta a usina de biodiesel na cidade de Montes Claros, será um grande e bonito elefante-branco, porque não terá utilidade, pois não haverá matéria-prima suficiente para fazer movimentar as estruturas, os equipamentos, para a produção do biodiesel.

É preciso que se deixe bem claro que, quando se diz que a região poderia ter 35 mil empregos, imaginem se o homem do campo, o pequeno homem do campo estaria plantando a sua mamona ou o seu girassol. No entanto, isso não está ocorrendo. Os bancos têm o financiamento do Pronaf, mas não têm nenhuma motivação para que o cidadão deixe a sua inércia ou a sua rotina do dia-a-dia e passe a plantar uma dessas oleaginosas para servirem de matéria-prima para a usina de biodiesel, não só a de Montes Claros, mas também as que estão sendo projetadas na região e no restante do Estado de Minas Gerais.

Esse assunto preocupa-nos muito, porque ainda existem obstáculos à produção dessas oleaginosas, como o custo da energia elétrica da Cemig, que não entusiasma a classe rural a plantar e colher. Além disso, há dificuldades de crédito, tendo em vista que os bancos dificultam ao máximo e os órgãos de defesa do meio ambiente preocupam-se demais com o meio ambiente e esquecem-se do ser humano, esquecem que, inserido na biota, o mais importante é o cidadão, que acaba sendo deixado de lado.

Enfim, as dificuldades são muitas para que o homem do campo do Norte de Minas deixe sua rotina e plante para alimentar essa usina de biodiesel, que, sem dúvida alguma, é um grande avanço, uma grande idéia do governo federal, implantada em nossa cidade.

Quando se fala em custo de energia elétrica, poderia ser sugerido à Cemig que pelo menos estenda a tarifa verde das madrugadas aos finais de semana, quando o consumo é menor. Não há ganho para a empresa por guardar energia. Ela poderia vendê-la a um preço menor, para que haja incentivo também nos finais de semana, com a redução da energia elétrica, o que favoreceria a produção dessa matéria-prima.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte) - Primeiramente, parabenizo V. Exa. pelo discurso, por abordar problemas tão importantes. Temos de nos preocupar, sim, com a questão do biodiesel, que constitui um ganho muito importante para a nossa região. Precisamos, sim, fazer com que o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e todos os segmentos se unam para garantir que os pequenos produtores tenham realmente acesso ao financiamento.

Parabenizo V. Exa. pela preocupação. Trabalharemos junto ao governo federal, proporemos à nossa bancada e a todas as forças políticas da região fazer uma reunião o mais rápido possível, com vistas a permitir que essas coisas passem a ocorrer e essa usina gere, de fato, os 35 mil empregos que tanto precisamos no Norte de Minas.

O Deputado Luiz Tadeu Leite* - Agradeço ao Deputado Paulo Guedes.

Para concluir, Sr. Presidente, basta dizer que somente a usina de Montes Claros irá consumir 57.000t por ano de matéria-prima. Em toda a região, haverá um consumo de 247.000t por ano. Como todos sabemos, não existe produção para atender a essa demanda. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, cidadãos, servidores do Estado de Minas Gerais que acompanham os trabalhos da Assembléia; antes de abordar o assunto principal que me traz a esta tribuna na tarde de hoje, gostaria de falar sobre a importância do processo de conquista e da conclusão, o mais rápido possível, da votação do Projeto de Lei Complementar nº 29/2007 e do Projeto de Lei nº 1.658/2007, que trata da organização, da remuneração e do subsídio da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

O fato de esses projetos estarem em Plenário e, em alguma medida, fazerem avançar as possibilidades de valorização de um bom trabalho da Defensoria Pública deve-se muito à organização dos próprios Defensores, que, num processo de organização e mobilização, capitaneados pela Adep, em articulação com a Assembléia Legislativa, vêm obtendo conquistas importantes nos últimos anos. Mais que conquistas de um segmento do serviço público do Estado de Minas Gerais, isso também significa uma vitória do povo pobre deste Estado, porque a Defensoria, com certeza, é a guardiã do direito daquelas pessoas que muitas vezes têm, na Defensoria, o último recurso para a garantia dos seus direitos.

Portanto fica aqui o nosso reconhecimento e a nossa posição absolutamente favorável, como já o fizemos na Comissão de Administração Pública, frente a esses dois importantes projetos. Também não me poderia esquecer da importância da aprovação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 27/2007, que corrige e atende a uma demanda socialmente justa dos servidores designados, particularmente os da área da educação do Estado de Minas Gerais, mercedores dessa atenção por parte do governo e da Assembléia, com vistas a se corrigir uma situação de absoluta insegurança previdenciária.

Hoje é o Dia Mundial da Alimentação. Neste ano, em mais de 150 países do mundo, essas comemorações do Dia Mundial da Alimentação buscam enfatizar o acesso do ser humano a esse direito sagrado. O direito humano à alimentação.

Por muito tempo, a questão da alimentação não foi assumida como objeto de política pública, ou seja, não foi colocada na agenda de política

pública nem tampouco compreendida pelo poder público no que diz respeito à promoção desse direito, nem pela sociedade, no sentido da cobrança, como um direito de cidadania.

A alimentação, sem dúvida, é um direito dos mais basilares e importantes, até mesmo para a concretização de direitos complementares como a saúde, a educação, a profissionalização, a habitação, o emprego e a renda. Sem uma alimentação em quantidade e qualidade, nutricionalmente adequada, para a gestante, para o recém-nascido e para todas as fases da vida até a chegada da terceira e da quarta idades, o ser humano não conseguirá desenvolver-se plenamente em seus dons e em suas vocações.

Hoje pela manhã, no Palácio dos Despachos, e agora, na condição de representante da Assembléia e do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - Consea-MG -, tão bem presidido pelo Bispo D. Mauro Morelli, tivemos um momento histórico de aprovação da Resolução nº 1/2007, que aprova o Plano Estadual de Promoção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável para o Estado de Minas Gerais. Plano esse que foi entregue oficialmente, na manhã de hoje, ao governo do Estado, focando principalmente dois eixos: o apoio à agricultura familiar no Estado de Minas Gerais e o apoio à reforma agrária, indispensável para promover a justiça social no campo e também para ampliar a promoção de alimentos, facilitando o seu acesso a boa parte da população mineira.

Portanto, a partir de hoje, Minas Gerais, que tem o seu conselho funcionando há praticamente oito anos e que já realizou quatro conferências estaduais de segurança alimentar, aprova seu Plano Mineiro de Segurança Alimentar. Com certeza, esse Plano será objeto de debate por esta Casa quando da análise do nosso PPAG, pois queremos incorporar a ele as principais prioridades contidas nesse documento, que já era discutido nas conferências de base e que hoje recebeu a chancela oficial do Consea-MG.

Concedo aparte, com o maior prazer, ao nosso amigo e companheiro Adalclever Lopes, do PMDB.

O Deputado Adalclever Lopes (em aparte) - Deputado André Quintão, parabênizo, mais uma vez, o partido de V. Exa. O Presidente Lula vem fazendo a maior inclusão social na América Latina e tem cumprido 100% com nosso Estado e com nosso país, fazendo a grande inclusão social. E hoje o Ministro da Saúde, do PMDB, encontra-se em Minas Gerais, trazendo mais recursos para o Estado.

Como um dos mais freqüentes nesta Casa, assim como meu querido líder Mauri Torres, gostaria de solicitar ao nosso Presidente Doutor Viana e ao Secretário Dinis Pinheiro que a Mesa registrasse em ata a presença deste parlamentar e dos demais do PMDB. Aqui, o que vale é não apenas a presença, mas a ata. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado André Quintão, parabéns, mais uma vez, ao seu partido, ao Presidente Lula e a esse grande partido que lhe está dando sustentação e governabilidade - o PMDB. Lula está fazendo a maior inclusão social e merece elogios. E que, a cada dia mais, olhemos o Brasil de forma diferente, pois é assim que se constrói um País novo, com um Presidente como o Lula. Obrigado.

O Deputado André Quintão - Obrigado. Na seqüência desse pronunciamento, gostaria de dizer que a situação de insegurança alimentar em Minas Gerais é muito grave. Dados do PNAD de 2004 mostram que, em 31,8% dos domicílios mineiros, ainda se vive em situação de insegurança alimentar - pessoas que não se alimentam adequadamente e que ainda não tiveram garantido e resguardado o acesso básico à alimentação de qualidade.

Minas Gerais tem, aproximadamente, cento e trinta mil posseiros que esperam, há anos, a titulação de suas propriedades, em geral, pequenas. A média de titulação em Minas Gerais, nos últimos anos, é de apenas 800 títulos por ano. Em 2007, esse número deverá subir para 3 mil, mas queremos abraçar uma meta ousada de, no mínimo, 10 mil titulações por ano, para que o homem do campo tenha o direito básico de acesso à terra e ao crédito.

Há que reconhecer que o governo Lula está aplicando no Pronaf um valor nunca antes aplicado na história deste Brasil em agricultura familiar. Quando este governo assumiu, o governo federal destinava, no máximo, R\$2.000.000.000,00 anuais para a agricultura familiar. A safra deste ano tem previsto um valor aproximado de R\$12.000.000.000,00 para o pequeno agricultor familiar, seis vezes mais.

Mas sabemos que, além da terra e do crédito, é preciso agregar valor ao que é produzido e estimular melhores condições de comercialização. Caso não seja acompanhado de políticas adequadas de agregação de valor e de comercialização, o crédito, que a princípio é um estímulo ao homem do campo, pode transformar-se em dívida, ainda que hoje a juros muito baixos, graças ao empenho e ao estímulo do governo Lula à agricultura familiar.

Mas, neste Dia Mundial da Alimentação, precisamos tentar agir como outros brasileiros, muito ilustres, que hoje integram a parte mais bonita da história do Brasil - como Josué de Castro, precursor do combate à fome no País, ou o bocaiuvense Herbert de Souza, o nosso inestimável e inesquecível Betinho, que, em 1993, lançou no País uma campanha igualmente inesquecível de combate à miséria e à fome e de promoção da vida - e cujas causas e bandeiras encontram ressonância no governo Lula, que, pelo programa Fome Zero, colocou o combate à fome definitivamente na agenda das políticas públicas brasileiras, que hoje tem avanços contabilizados. Para dar um exemplo, somente com o programa Bolsa-Família, atingem-se mais de 11 milhões de famílias brasileiras e mais de 1.100.000 famílias em Minas Gerais, que hoje têm condição de fazer, no mínimo, três refeições diárias.

Mas o mais importante é que, além das conquistas objetivas, o Brasil vem construindo um sistema de segurança alimentar e nutricional. Com a Lei Federal nº 11.346, de 2006, a Losan, e a nossa lei mineira, a Losan nº 15.982 de 2006, com a proliferação dos Conselhos Municipais e dos Conseas, estaduais, o combate à fome entra definitivamente na agenda das políticas públicas do nosso país. Como o ser humano tem direito à escola e à saúde, deve ter resguardado também o sagrado direito à alimentação.

Nesta data, é preciso que a Assembléia Legislativa saiba que terá um papel muito importante, porque esse plano mineiro, hoje aprovado pelo Consea de Minas, deverá guardar a devida prioridade ao assunto no planejamento do Estado para os anos de 2008 a 2011. Essa é nossa determinação, e, como representante da Assembléia no Consea, com os demais Deputados e Deputada, faremos a nossa parte para que Minas Gerais faça como o governo Lula e invista recursos na promoção do sagrado direito humano à alimentação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores que das galerias acompanham os trabalhos desta tarde, senhoras e senhores servidores da Casa, senhoras e senhores profissionais da imprensa, senhoras e senhores que nos acompanham pela TV Assembléia, quero levantar aqui três assuntos. Em primeiro lugar, quero apenas comentar matéria da equipe de política do jornal "O Tempo", na coluna "Aparte". Há aqui uma nota e, ao mesmo tempo, uma provocação, que eu gostaria de ler e, rapidamente, comentar.

A nota diz: "Cara de tacho". Acredito que a nota tenha saído com erro, porque está escrito "caro de tacho". Imagino que a intenção foi escrever "cara de tacho". (- Lê:)

"Resta saber se os Deputados já engoliram a vitória do Ministério Público na questão do foro privilegiado, já que a entidade conseguiu uma liminar que vai valer até o STF julgar a lei inconstitucional. A prova de fogo pode ser o eventual pedido de crédito suplementar que o Ministério Público deve enviar à Assembléia por meio do Executivo nos próximos dias, como faz todo ano".

Sr. Presidente, quero tecer um comentário. Acredito que a imprensa tem importantíssimo papel no nosso processo democrático, mas fico um pouco triste quando vejo que, de alguma forma, espaços da mídia são usados para instigar ou provocar situação de adversidade entre os Poderes, embora eu reconheça que o Ministério Público não é um Poder, pois está vinculado ao Poder Executivo. Poderíamos, com todo respeito, chamá-lo de apêndice do Poder Executivo. A nota, de certa forma, parece que quer provocar o embate, a discussão, a briga - usando um termo mais popular -, desprezando um princípio fundamental da democracia: o direito das partes.

Esta Casa propôs, e era direito do Ministério Público contestar, como contestou. Quando a nota diz que resta saber se os Deputados já engoliram a vitória do Ministério Público, o jornal, de certa forma, está antecipando e dando como julgada uma questão que ainda está sendo discutida. Provavelmente ela será contrariada, se considerarmos que recentemente o Ministro Marco Aurélio divulgou para a imprensa que a partir de agora a Polícia Federal, por exemplo, não poderá mais investigar aqueles que estão investidos e revestidos da proteção do chamado foro privilegiado.

Na verdade, esse foro não pertence a uma pessoa. Precisamos entender que o foro privilegiado não é privilégio de A ou de B, desse, daquele ou daquela parlamentar, ele é inerente ao cargo, ao exercício. Portanto, ele só existe durante o exercício da função e não pertence ao ou à parlamentar; é inerente à função.

Quando alguém diz abrir mão da imunidade parlamentar, isso é conversa para boi dormir, companheiro Getúlio, porque ninguém pode, nem querendo, abrir mão da imunidade parlamentar, a não ser que renuncie. Pelo contrário, a imunidade não é da pessoa, mas, sim, do cargo.

Ao ler essa nota, quis deixar a minha palavra de alerta aos colegas. Quero crer que sejam suficientemente maduros para não entrarem nesse jogo que quer criar confronto entre o Ministério Público e esta Casa. Está provado que o Ministério Público tem com esta Casa uma relação de respeito, e esta Casa também o respeita, tanto é que, como conseguiram a liminar, estamos aguardando o seu desfecho. Cremos que ela poderá ter outro desfecho a partir do momento em que o próprio STF entende que, no caso, a Polícia Federal - não o Ministério Público - não poderá investigar aqueles que têm o chamado foro privilegiado ou a imunidade, como queiram chamar.

Deixo esse registro e creio que está patente para todos que queiram ver que a relação com o Ministério Público é boa. Na semana passada, o Procurador-Geral de Justiça, Dr. Jarbas Soares, e uma equipe de Promotores foram aqui respeitosa e carinhosamente recebidos pelo Presidente desta Casa e por mais alguns Deputados - lá estive também.

Creio que podemos dizer, de forma muito clara, muito transparente, que essa relação não tem gosto de sangue. Ela é travada nos princípios saudáveis da democracia.

O outro assunto, Sr. Presidente, que quero expor é que vejo com alegria estas faixas que estão colocadas aqui. Uma delas diz: "Deputados, vocês foram fundamentais para a conquista dos Defensores". Nós, que acompanhamos a luta dos Defensores em todos esses meses, recebemos alguns deles em nosso gabinete. Todos os Deputados desta Casa se envolveram na questão dos Defensores, na busca de melhor salário para a classe. Isso foi conquistado, ainda que não no valor que, com certeza, remuneraria cada um deles pelos serviços que prestam, mas, pelo menos, foi uma vitória conquistada ao longo desses meses e que, de certa forma, renova o nosso ânimo de continuar fazendo o que fazemos aqui, defender os interesses de classes, das pessoas, da população de Minas Gerais. No caso dos Defensores, esse foi mais um embate que travamos de forma saudável, e o Governador teve a sensibilidade de rever valores salariais que, convenhamos, estão muito aquém do que ganha hoje, por exemplo, um membro do Ministério Público, na faixa de R\$23.000,00.

Ainda que haja essa disparidade muito grande, imagino a importância da ação de ambos, Ministério Público e Defensoria, que não são muito diferentes, pois todos lidam diretamente com o interesse da população. No caso dos Defensores, procurando trabalhar em favor dos menos abastados, dos menos favorecidos da nossa população.

Deixo o meu registro e a minha alegria de ver hoje essas faixas, que por tanto tempo estiveram aqui reivindicando, cobrando e trabalhando insistentemente para conseguir alguma coisa, e hoje temos faixas que agradecem o trabalho desta Casa.

Gostaria de dizer que isso não teria sido possível se não fosse a união das forças, tanto dos Defensores, em sua luta incansável, quanto do trabalho realizado nesta Casa, que foi também incansável para que esse resultado fosse alcançado. Acredito que podemos alcançar mais, que temos mais a conquistar. Continuaremos lutando. Os Defensores poderão contar sempre com o nosso apoio e o empenho desta Casa.

Um outro assunto que quero comentar dentro do tempo que ainda me resta, está no nosso "clipping" de hoje, é sobre uma expressão a qual gostaria de mudar. De certa forma, ela agride alguns, senão todos os trabalhadores que estão, neste momento, na expectativa da regulamentação da sua efetivação no Estado. Quando uma nota sai com esse teor, como essa que saiu aqui - localizarei para lê-la e comentá-la rapidamente -, pode, de alguma maneira, trazer algum tipo de desconforto. Uma nota do jornal "Estado de Minas" de hoje traz a seguinte manchete: "Parecer do trem da alegria é aprovado". Não entrarei no mérito. Alguém disse com muita propriedade, de forma muito inteligente, durante a discussão e a votação em 1º turno desse projeto, uma expressão, de que agora tomarei posse, pois gostei muito dela. Alguém disse desta tribuna, não me lembro quem - cometerei a injustiça de não citar o nome por não me lembrar quem disse - que esse trem não é o trem da alegria, é o trem da esperança. E, de fato, se ele pode ter um nome, é esse: o trem da esperança. O trem da esperança para milhares de trabalhadores e trabalhadoras, que, como foi dito desta tribuna por mim em oportunidades passadas, são pais e mães de famílias que estavam vivendo em uma insegurança terrível, alguns com muitos anos de serviços prestados, pois não sabiam qual seria seu futuro.

E esse projeto veio em boa hora. Ele tem, da parte do Governador, uma interpretação que, creio eu, tem como foco fazer justiça. Imagino que esses quase 100 mil servidores que receberão a garantia da estabilidade estão vendo neste momento que justiça está sendo feita em favor de seu trabalho. Em uma oportunidade, trouxe aqui um texto bíblico que diz: "Digno é o trabalhador do seu salário". Mas ele não é digno apenas de seu salário, mas também do respeito de seu empregador, no caso em questão, o Estado. Ele é digno de ter tranqüilidade para se deitar, dormir e acordar no dia seguinte sabendo que está amparado pela lei em relação a seu trabalho, pois não há nada que possa entristecer ou deprimir mais um pai ou uma mãe que o desemprego ou a incerteza do emprego. E uso aqui o termo "emprego" até de forma inapropriada, quero substituí-lo por trabalho, já que existe uma diferença entre emprego e trabalho - e creio que estamos aqui falando com trabalhadores, pessoas que, de fato, têm, na função que receberam como responsabilidade, o compromisso de trabalhar, apresentando um excelente desempenho.

Portanto, fica aqui, mais uma vez, esse meu registro. Na verdade, esse é um jogo em três tempos: o primeiro tempo já aconteceu quando da votação em 1º turno; o segundo tempo acontecerá; e o terceiro tempo virá quando o Governador estiver sancionando essa lei. E, com essa sanção, aí sim, virá a tranqüilidade para quase 100 mil famílias do nosso Estado, e elas poderão dormir mais tranqüilas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Weliton Prado - Boa-tarde a todos e a todas. Hoje temos dois projetos muito importantes na pauta, dois projetos que realmente fazem justiça a duas categorias muito sofridas no Estado, que, há anos e anos, vêm lutando e, com muita persistência, estão conseguindo colher os frutos.

Cito o caso do Projeto de Lei Complementar nº 29, em 1º turno, que define o subsídio dos membros da Defensoria Pública. Queria fazer aqui um reconhecimento a todos os Defensores Públicos. Em meu primeiro mandato, há cinco anos, lembro-me de que a primeira manifestação, mobilização de que participei foi justamente a dos Defensores Públicos, antes mesmo da diplomação dos Deputados da legislatura passada. E os Defensores não pararam nem sequer um dia, fizeram mobilizações permanentes, ficaram paralisados, em greve, por mais de 100 dias, foram firmes, persistentes, e está aí o resultado, que é fruto da luta e da mobilização de todos vocês. Essa é uma prova de que vale a pena se organizar e se mobilizar.

Os Defensores Públicos são os advogados dos pobres, das pessoas mais simples, mais humildes. Eles têm um papel fundamental para garantir a democracia e a justiça social no País. Então, está em 1º turno o projeto dos subsídios da Defensoria.

Outra categoria mais sofrida ainda é a dos servidores da educação. Eles estão lutando para garantir a efetivação. É mais do que justo. São servidores que ficaram anos e anos na escola, com a possibilidade, às vezes, de sair com uma mão na frente e a outra atrás. Isso realmente não é justo. Sempre defendi a coerência. O processo mais justo de ingresso no serviço público é por concurso público, e não por indicação, mas vocês garantiram, são anos e anos, e é um direito de vocês, já consolidado. Esperamos que o Judiciário coloque a mão na consciência e que realmente valorize a atividade de vocês.

Essa mobilização é muito importante e não tem de parar por aqui. Uma mobilização permanente, que tem de continuar. O projeto tem de ser aprovado nesta Casa. Parabenizo pela participação. É fundamental esse contato permanente, aliás, com o próprio Judiciário, para sensibilizá-lo e mostrar-lhe a realidade de vocês. Há cantineiras que estão no Estado há 25 anos e não têm o direito de se aposentar. Realmente, isso não é justo. A efetivação de vocês faz justiça, e votaremos favoravelmente.

Gostaria de abordar outro ponto, que já estamos discutindo há algum tempo, em relação à tarifa de energia elétrica da Cemig. Realmente, ela é muito cara, e o povo não aguenta mais. A tarifa de energia da Cemig é uma das mais caras do Brasil. Só nesse governo, houve aumento de mais de 100%. Nos últimos 10 anos, houve aumento de mais de 500% - isso foi muito, muito, muito e muito acima da inflação. Não se justifica tanto aumento. Pesquisas da Federação do Comércio demonstram que, hoje, o que mais prejudica é a conta de energia - é a maior dificuldade do orçamento doméstico, aliás, mais do que a alimentação e o transporte juntos. A conta de energia hoje onera muito o cidadão. Tenho aqui vários exemplos, gráficos que demonstram que uma conta de energia da Cemig que, em 2002, era de R\$50,00 hoje é mais de R\$100,00. Significa que dobrou o seu valor, e isso não se justifica. Foi noticiado em todos os jornais que a Cemig teve um lucro fabuloso. Em apenas três meses, lucrou mais de R\$400.000.000,00. Isso é muito dinheiro. Não se justifica aumentar de forma desproporcional o valor da conta de energia elétrica.

Estamos nos mobilizando porque, no próximo ano, haverá revisão tarifária, o que acontece de cinco em cinco anos. Na revisão tarifária que aconteceu há quatro anos, na última revisão, a conta de energia elétrica da Cemig aumentou 30%. A nossa luta agora é impedir qualquer aumento para o próximo ano. Além de impedir o aumento, lutaremos para que a energia baixe o seu valor, o que foi possível em São Paulo, em Goiás e no Paraná. E aqui, em Minas Gerais, é possível também. Mais uma vez, repito: é fundamental a mobilização, a união e a conscientização.

Estive na Fiemg, em reunião com o setor empresarial. Aliás, fiz cobrança ao Presidente da Fiemg, Dr. Robson. Já contamos com o apoio da Fiesp e da Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo, e até agora o setor empresarial do Estado de Minas Gerais não se posicionou. A conta de energia está sendo um complicador para as microempresas e pequenas empresas, que poderiam gerar mais emprego e mais renda. No campo também, tudo hoje depende de energia.

Há outra grande contradição. O nosso Estado de Minas Gerais é um dos que mais produz energia. Produzimos energia aqui, e aqui ela é mais cara dos que nos outros Estados. Vendemos energia para outros Estados, e lá é mais barato do que em Minas Gerais. A energia em Minas Gerais é 17% mais cara do que na Bahia, 30% mais cara do que no Ceará, 31% mais cara do que no Espírito Santo, 36% mais cara do que no Rio de Janeiro, 38% mais cara do que em Goiás, 48% mais cara do que no Rio Grande do Sul. A nossa energia, em Minas, é 73% mais cara do que em Brasília, 76% mais cara do que em São Paulo, na Eletropaulo, e é o dobro do valor do preço da energia cobrada no Estado do Amapá; isso sem contar os encargos e a tributação. O ICMS no Estado de Minas Gerais é de 30% para as residências. Com a cobrança por dentro, chega a 47% - 47% só de ICMS.

Sempre falo que o Tiradentes deve estar revolvendo no túmulo, porque ele foi esarteado por um quinto da coroa, por 20%, e hoje a tributação da conta de energia, contando todos os tributos, chega a 62%.

Sessenta e dois por cento de tudo que o cidadão paga é tributação. Isso é um absurdo que não podemos permitir. Sabemos que a Cemig é uma companhia poderosíssima, mas não vamos parar nossa mobilização. O Deputado Federal Elismar Prado apresentou e fez aprovar um requerimento em que solicita ao Tribunal de Contas uma auditoria para investigar os últimos reajustes concedidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. Vou ler, na íntegra, uma entrevista do Sindieleiro com D. Luciano Mendes, que foi Presidente da CNBB, e que passou os últimos anos da sua vida defendendo uma revisão humanitária da conta de luz. (- Lê:)

"O que o senhor tem ouvido da comunidade sobre as tarifas de energia elétrica? D. Luciano Mendes de Almeida: "Temos encontrado muito sofrimento. As contas são muito elevadas, e já não se trata de ter água quente para o banho, mas de poder acender algumas lâmpadas para enfrentar a noite, os idosos para tomar um remédio e as mães para amamentar o filho. Muitas pessoas não têm emprego ou a renda não dá nem para se alimentarem. O desconforto é ter, na conta de luz, o maior problema de equilíbrio do orçamento doméstico. Muitas pessoas pedem orientação técnica da Cemig para reduzir o consumo sem perder o direito à energia e também não são atendidas".

Muitas pessoas acham que a conta de energia está cara porque está havendo problema na leitura. Chamam o técnico para verificar, mas realmente não existe problema algum na leitura. A população acha que alguém deixou a luz acesa, está sempre colocando a culpa em alguém, mas a energia elétrica é que está muito cara. As pessoas solicitam apoio técnico, mas não se resolve o problema.

Outra pergunta: "Além dos artigos e das entrevistas, o senhor tem usado outros instrumentos em defesa da redução da tarifa? D. Luciano: "Há quatro meses, levei para o Presidente da Cemig, Djalma Moraes, em Belo Horizonte, uma caixa com essas contas que as pessoas me trazem, mostrando os valores anteriores e os atuais. Também propus que a empresa garantisse aos pobres com consumo de até 100kW por mês a gratuidade da energia, como já é feito em Curitiba, no Paraná, e fiquei na expectativa. O gás faz falta em uma casa, mas para a energia não tem alternativa. Infelizmente, não há resposta à população e me pergunto quem vai falar por ela, já que os pobres não vão até a direção da Cemig. Aí gostaria de falar diretamente com o Sr. Governador, pedindo para rever a tarifa de energia para essas pessoas, que deve ser ou subsidiada ou beneficiada pela revisão desses custos".

"O que gera essa distorção nas tarifas praticadas em Minas Gerais? D. Luciano: "Há um desequilíbrio entre os preços para uma residência e uma empresa. Em Minas, na área industrial, a cobrança de ICMS é de 18% do valor da conta, enquanto na residencial é de 30%. Em outras

empresas, como a Light, o cálculo é contrário, favorecendo o consumidor residencial. Com essa diferença, o pequeno consumidor subsidia o grande. Outro problema é que o lucro extra, uma soma considerável, deveria ser reinvestida no atendimento à população, mas é repassado para os investidores, que têm retorno maior do que se esperava, sendo muitos deles representantes de empresas que não são brasileiras". Grande parte do lucro das empresas vai para investidores que nem são brasileiros, ou seja, vai para fora do País. "O parcelamento da conta, para que a família continue com a concessão da luz também é dramática e, em vista dos juros, pode tornar-se uma extorsão."

E, mais ainda, agora está sendo anunciada a possibilidade de a Cemig mandar o nome de quem está devendo para o Serasa. A pessoa já é punida porque não conseguiu pagar a conta de energia elétrica, e agora ainda é punida com o seu nome no Serasa. A Cemig anunciou que vai fazer isso a partir do mês que vem. Muitos servidores da educação, que realmente têm um salário muito baixo, têm de recorrer a empréstimos.

Muitos servidores têm empréstimos; como conseguirão pagar a conta de energia, se seus nomes forem para o Serasa? Já estão sendo punidos, pois a maior punição é ter o corte da energia elétrica.

Outra pergunta: "O que poderia ser feito para tornar este cálculo mais justo?". D. Luciano propôs que a Cemig se reunisse com pessoas que tivessem preocupação com a tarifa, como os sindicatos, e fizesse uma parada técnica para rever o custo ideal da energia. E disse: "Os aumentos estão muito acima da inflação medida, com números fortes em relação ao poder aquisitivo do povo e aos salários. O dinheiro extra arrecadado sai praticamente extorquido do necessário para a sobrevivência do povo. Disponho-me a conversar com outras autoridades para pedir uma revisão humanitária, a fim de enfrentar essa questão no Estado".

Outra pergunta: "Os debates e a conscientização são suficientes para forçar essa mudança na política tarifária?". O finado D. Luciano, ex-Presidente da CNBB, respondeu: "Esta pergunta vale para todos os setores políticos. Até que ponto a sociedade deve-se organizar para chamar a atenção para uma questão? Tudo o que é feito com motivação adequada e dentro dos padrões de ordem é um auxílio para a população. Se temos a falta de controle sobre o que é oferta e pagamento de energia em nosso Estado, devemos nos manifestar. Sou favorável a movimentos de massa em que o povo sabe exatamente o que pretende. Não basta denunciar que a conta de luz é alta, é preciso mentalizar, com base em elementos, para saber o que podemos esperar".

Outra pergunta: "O senhor tem conseguido debater essa questão com o governo do Estado?". D. Luciano respondeu: "Posso me convidar em vez de ficar esperando ser convidado para qualquer debate. Acho que chegamos a um momento em que isso é preciso. Se tenho esse material, devo propor uma conversa. Tudo tem uma progressão. Ir para a rua com multidão seria um passo seguinte; o primeiro seria conscientizar, até os legisladores, para que fiquem bem a par da situação".

Outra pergunta: "Como o senhor vê a atuação dos trabalhadores da Cemig nesta discussão?". D. Luciano respondeu: "Estamos vivendo um momento de reflexão, e agradeço esta visita do Sindieletrô, que nos traz mais respostas sobre o porquê dos aumentos exagerados na tarifa de energia. Aos amigos e amigas que têm sua vida dedicada à Cemig, lembro que a empresa é um conjunto de pessoas. A Cemig honra o Brasil, e é importante que todo o mundo tenha confiança e auto-estima no seu trabalho, entendendo que a população hoje pede uma justa revisão, para que esse trabalho precioso e de qualidade esteja ao alcance do povo mais simples. Espero que tanto serviço e tanta dedicação dos eletricitários, através do seu sindicato, encontrem repercussão entre autoridades do Estado".

A última pergunta: "A energia elétrica é uma questão de cidadania?". D. Luciano respondeu: "A energia elétrica é uma questão básica para a vida das pessoas. Sabemos que, à noite, é preciso acender uma lâmpada dentro de casa, um eletrodoméstico, e lembrar da importância da televisão para a comunicação. Não podemos limitar o uso da energia a ponto de a população de baixa renda passar por esses sacrifícios. O povo mais simples precisa contar com a inteligência e a competência dos trabalhadores organizados da Cemig, ampliando esse movimento".

Querida parabenizar, mais uma vez, a memória do D. Luciano. Ele faleceu lutando por uma revisão humanitária da conta de energia elétrica da Cemig.

O Deputado Lafayette de Andrada (em aparte)* - Estava ouvindo atentamente as palavras de V. Exa. Só queria lembrar que as tarifas de energia elétrica, em todo o País, são reguladas pela Aneel, um órgão do governo federal, comandado pelos companheiros do PT. São eles que autorizam os valores das tarifas em todos os Estados.

O Deputado Weliton Prado - Finalizo agradecendo e lembrando que a Aneel é totalmente autônoma e independente, foi criada na época do governo Fernando Henrique, e a Cemig é que solicita o aumento. A Cemig solicitou um aumento, para este ano, nacional, de 23,88%; a Aneel autorizou 6,5%. A Cemig, coitadinha, não ficou satisfeita e entrou com um recurso solicitando a revisão dos valores que a Aneel autorizou. Apresentamos requerimento nesta Casa e estamos lutando. O Deputado Federal Elismar Prado apresentou e aprovou requerimento para investigar até as autorizações dos reajustes concedidos pela Aneel.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e parabéns a todos os Defensores e servidores da educação. Lembro que estão presentes também os Agentes Penitenciários, lutando pelos seus direitos. Valeu.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de lembrar aos companheiros Agentes Penitenciários que, na hora da discussão da Lei Complementar nº 27/2007, o assunto referente aos Agentes será tratado, ainda hoje, se Deus quiser.

Gostaria de cumprimentar os Defensores, que, de forma delicada, educada, ordeira e democraticamente ativa, estiveram aqui ao longo de todo o primeiro semestre prestigiando esta Casa. Com um gesto de bondade, estão aqui hoje agradecendo o trabalho realizado. Agradeço-lhes, pois são poucas as pessoas que sabem dizer "muito obrigado".

Sr. Presidente e Deputados, gostaria de fazer uma pequena análise de alguns fatos interessantes que ocorreram na última semana. Em Teófilo Otôni, todo ano é realizado o Teofolia. Tornamo-nos baianos por quatro dias, pulando e cantando, com trio elétrico subindo e descendo. É uma beleza! Além do Teofolia que aconteceu na minha cidade, com quatro dias de carnaval, que, aliás, foi uma beleza, tivemos a visita do Sr. Marcus Pestana, Secretário de Saúde, que nos surpreendeu.

Na quinta-feira, havíamos feito um pronunciamento agradecendo ao governo ter destacado para a nossa região, especificamente para Teófilo Otôni, ou seja, para a macrorregião de saúde dessa cidade, investimentos de R\$16.000.000,00. O Secretário Marcus Pestana chegou lá e disse que o Governador mandou dar mais R\$4.000.000,00, totalizando R\$20.000.000,00 de investimento. Agradeço ao Secretário Marcus Pestana e ao Luís Felipe Caran, que lá estiveram conosco.

Gostaria de lembrar, meu líder, algo importantíssimo que aconteceu em Teófilo Otôni. Tínhamos uma mesa formada pela Prefeita do PT, pelos Deputados Federais Fábio Ramalho, do PV, e Ademir Camilo, do PDT; e por este Deputado, do PMDB. Todos estavam juntos com o apoio do Governador, que é do PSDB, para ajudar uma cidade pobre e com problemas sérios de saúde, tendo como base um trabalho realizado pela

Comissão de Saúde da Assembléia, que lá compareceu com quatro Deputados de vários partidos políticos. Gostaria de cumprimentar esses companheiros da Comissão de Saúde que lá estiveram, comandados pelo Deputado Carlos Mosconi, pela forma com que conduziram o processo junto à Secretaria de Estado. Além disso, agradecer ao Governador do Estado e a todos, pois ninguém deixou de olhar o problema, de buscar soluções para ele. Vários partidos políticos estiveram trabalhando numa mesma direção, buscando solucionar um grave problema de saúde pública, que se iniciou em 2005 com o desvio de recursos do caixa da saúde da ordem de R\$1.500.000,00. Posteriormente se ampliou esse desvio de recurso público para R\$2.850.000,00, ou seja, de desvio dos recursos da saúde para pagar outras despesas de Prefeitura.

A coisa foi degringolando, fechou-se o pronto-socorro, um hospital municipal e os Hospitais Vera Cruz e São Vicente de Paulo. Dos quatro, apenas um hospital está funcionando. Portanto a situação era realmente muito dramática. O governo do Estado lá esteve, e todas as forças políticas se juntaram para dar uma solução para o problema. Todavia é apenas um problema paroquial, paroquiano, do nosso conhecimento.

Sr. Presidente, gostaria de fazer menção a alguns fatos interessantes que ocorreram na semana passada. Vejo a grande repercussão na imprensa sobre a decisão do STF em relação a quem é dono do mandato: se é o partido ou se é o candidato. Achei algo interessante. Lembrei-me de Stanislaw Ponte Preta, quando criou o Festival de Besteiras que Assola o País - Febeapá -, magnífica organização intelectual brasileira, em que, num vácuo jurídico e legal permitido pelo Congresso Nacional, nesse vácuo jurídico que há na legislação partidária brasileira, vem o STF e cria lei. O Supremo criou lei! Amanhã o TSE criará outra lei. Ficamos verificando o que está ocorrendo neste país, se é o espírito do Stanislaw Ponte Preta que voltou e restabeleceu o Febeapá. Nunca se viu tanta inversão de valores neste país.

Ainda noutro dia, discutíamos e verificávamos com alguns companheiros a visita que a cúpula do Ministério Público fez aos Deputados, à Presidência e às Lideranças. Vieram propor três soluções entre as muitas que pusemos no projeto que aprovamos por maioria de 60 votos nesta Casa - aliás, um veto derrubado com 60 votos.

Quando a Assembléia faz lei - e é a Assembléia que deve mesmo fazer leis, assim como a Câmara -, o Supremo a derruba. Todavia o Supremo, que não tem autoridade para tanto, faz lei. É engraçado o que acontece no Brasil, e as pessoas não prestam atenção.

Os Deputados estão lutando para tentar regularizar a situação de 98 mil professores, além de cantineiros, ou seja, de pessoas que trabalharam para o Estado por 20 anos, 30 anos. No entanto a imprensa diz: "É trem da alegria. É trem da alegria". A quem servem essas pessoas, a que objetivo servem se não estão preocupadas com a solução dos problemas das outras pessoas? A imprensa está fazendo um bom trabalho? Acredito que não. Acho que Stanislaw Ponte Preta fez trabalho melhor com o Festival de Besteiras que Assola o País. Que trem da alegria? São pessoas que trabalharam por 10 anos, 20 anos, 30 anos, sem nenhum vínculo, sem direito à aposentadoria.

Falo mais: os Defensores estão satisfeitos, mas 47 Assistentes Jurídicos teriam de ser comparados a Defensores de primeira classe. Temos de trabalhar para que isso aconteça, todavia não poderemos embutir essa equiparação nesse projeto dos Defensores, para não atrapalhar sua aprovação. Há também casos, na Defensoria, de quase cem Assistentes Administrativos, cuja situação deve ser regularizada. Em todos os órgãos do Estado, há pessoas que precisam ter sua situação regularizada.

O que está acontecendo, meu Líder Deputado Domingos Sávio? Este governo está tendo coragem de regularizar erros do passado. O Governador Aécio Neves tem, nesta Assembléia, o suporte de um grande número de Deputados para fazer as mudanças corajosas e necessárias a este Estado, para regularizar a situação de pessoas que têm vivido na angústia, ao longo de anos e anos. Este é um momento histórico.

Gostaria de que a imprensa mineira não fizesse apenas xerox, cópia malfeita do Festival de Besteiras que Assola o País - Febeapá -, de Stanislaw Ponte Preta. Gostaria de que a imprensa valorizasse esta Casa, respeitasse o Poder Legislativo, assim como esse grande homem, essa grande figura que governará o Brasil a partir de 2010, o Governador Aécio Neves.

É preciso ter coragem para desafiar a estrutura arcaica deste país, a desorganização e a inversão de valores da pátria brasileira. Algumas pessoas estão fazendo o que não devem fazer, e nós, escamoteando, fazemos de conta que nada acontece. As pessoas encobrem os fatos. A imprensa mineira, lamentavelmente, está servindo a que interesses? Noventa e oito mil pessoas, que trabalharam por 20 anos, 30 anos, não têm nenhuma importância para essa imprensa que critica e fala de trem da alegria.

As pessoas não valem nada, o que vale é o sistema, que deve ser mantido. Os dominadores têm de manter o sistema, mas nós, não. Aqui, nesta Assembléia, há homens e mulheres fortes, pessoas que se indignam, que reagem e que têm coragem de falar porque não têm rabo preso, porque não têm rabo preso. Há processos no Ministério Público, são muitos os processos, e podem processar de novo. Isso não é problema; enfrentamos, pois não temos rabo preso, não devemos, e a justiça será feita lá na frente. Que não seja na primeira instância, mas na segunda, na terceira, no Supremo ou onde for. Na verdade, senhoras e senhores, o que está faltando neste Brasil é homem público com coragem para falar a verdade que o povo precisa ouvir. Muito obrigado.

A Deputada Rosângela Reis - Sr. Presidente, não posso deixar de ocupar esta tribuna para falar sobre esse Projeto de Lei nº 29/2007, derivado de uma luta árdua dos Defensores Públicos e da classe que também necessita dos seus serviços. A proposta vem se arrastando nesta Casa, desde o início do ano.

O encaminhamento ocorreu de forma ética, democrática e aberta, e os Deputados abraçaram a causa. Digo que esse trabalho é fruto do envolvimento dos parlamentares e dos Defensores Públicos, que souberam trabalhar com ética e lisura. O Governador do Estado, Aécio Neves, por meio da Secretária Renata Vilhena e do Vice-Governador Anastasia, abriu as portas, conversou e procurou fazer o projeto da melhor forma possível, permitindo avanço para a valorização dessa classe, de fundamental importância, todos nós sabemos, para atender aos mais carentes e necessitados.

A carência de advogados que militam nessa área, na nossa região, é muito grande. Aliás, na minha cidade, o número de habitantes está em torno de 240 mil para apenas quatro Defensores Públicos. A nossa demanda na região é muito grande.

Esperamos que, por meio desse concurso público, haja um direcionamento de vagas não só para o nosso Município de Ipatinga, mas também para outros Municípios, a fim de que novas Defensorias Públicas sejam abertas e funcionem como modelo para o nosso país.

Gostaria de convidar a todos os Deputados a participar conosco, logo mais às 19 horas, no Salão Nobre da Assembléia Legislativa, da instalação da Frente Parlamentar em Defesa da Duplicação da BR-381. Precisamos unir esforços, pois este é o momento e temos orçamento e projeto para isso. Somente por meio do envolvimento de empresários e do envolvimento da Assembléia Legislativa e da sociedade civil conseguiremos concretizar a recuperação do trecho que é chamado de BR da morte, trecho que, quando chegamos ao nosso destino, nos faz dar graças a Deus por isso. É preciso fazer orações ao trafegar por essa rodovia, de tão perigosa que ela é.

Muito obrigada pela oportunidade.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, para marcar a posição da Bancada do PT, gostaria de dizer que, finalmente, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, por intermédio de projeto de lei complementar, fixou o subsídio dos membros da Defensoria Pública. O governo e esta Assembléia reconheceram a importância do trabalho e o valor da Defensoria Pública no Estado de Minas Gerais.

Os nossos Defensores e Defensoras têm cuidado da Justiça e têm-na aproximado dos mais pobres, fazendo a defesa das pessoas que não têm vez nem voz na sociedade e representando o anseio de muitos trabalhadores e trabalhadoras que necessitam da Justiça gratuita no Estado de Minas Gerais.

Também quero reconhecer o empenho e a persistência da Associação dos Defensores Públicos, por meio da Diretoria do Sr. Eduardo Generoso e de toda a sua equipe, e ainda por meio de todos os Defensores que se manifestaram nas diversas regiões de Minas Gerais, sobretudo a Defensoria da minha cidade de Governador Valadares e de todas as demais cidades de Minas Gerais. Essas cidades se fizeram presentes, ao longo de um semestre inteiro, nesta Casa Legislativa, apresentando o problema para a sociedade de Minas e também para a Assembléia, cobrando do governo do Estado, com muita justiça, um salário mais digno e melhores condições de trabalho, com o objetivo de ampliar o número de cargos na Defensoria, a fim de que a população fosse mais bem atendida, aumentando a infra-estrutura nos Municípios para um melhor atendimento dessa Justiça, que considero uma das mais populares para socorrer aos mais pobres.

Gostaria de registrar esse nosso posicionamento e dizer que, finalmente, vamos fazer justiça à Defensoria Pública. Ainda hoje queremos votar aqui o projeto que também garante aposentadoria e faz justiça a todos os designados da educação de Minas Gerais. Muito obrigada.

O Deputado Sargento Rodrigues - Serei breve, Presidente, porque estamos com um quórum adequado para a votação de projetos cuja aprovação precisa de quórum qualificado. Mas gostaria de tecer alguns comentários.

Tanto este Deputado quanto o Deputado Ademir Lucas temos uma demanda que é, certamente, de vários outros Deputados da Casa. Como já disse anteriormente, o Governador está de parabéns pela iniciativa desse projeto e pela coragem de solucionar um problema que se arrasta há dezenas de anos em razão de um erro gravíssimo que o Estado cometeu quando renovou repetidas e reiteradas vezes o contrato dos servidores da educação. Portanto, se há um responsável por isso, o primeiro erro foi cometido pelo poder público, pelo poder estatal. Assim, no 1º turno, votamos pela aprovação do projeto, como votaremos no 2º turno - e acredito poder falar pelos colegas Deputados do PDT.

Mas resta um questionamento, Presidente. No momento em que atendemos aos servidores da educação, é injusto que os Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de Minas Gerais fiquem em situação idêntica à dos professores, com seu contrato renovado a cada ano. Há anos prestam serviços na área de segurança pública, constantemente, da mesma forma, mas não estão sendo atendidos nesse projeto. Eu e o Deputado Ademir Lucas levantamos esse questionamento, que tentamos levar à Liderança do Governo, mas encontramos vários obstáculos, como encontraram as demais emendas, que foram rejeitadas pelos outros Deputados. Mas queremos fazer esse apelo a V. Exa., Presidente desta Casa, e ao nosso Líder do Governo: a situação dos Agentes de Segurança Penitenciária é a mesma dos designados da educação, com os contratos sendo renovados a cada ano, repetidas e reiteradas vezes, e o Estado, portanto, cometendo o mesmo erro.

Neste momento, está em curso a votação do projeto que diz respeito aos designados da educação. Temos aqui um documento, também entregue ao Deputado Ademir Lucas, que trata do contrato que vem sendo renovado há seis meses. E esses agentes públicos, Sr. Presidente, têm sido importantíssimos para o processo da segurança pública em nosso Estado.

Faz-se necessário que o Governador Aécio, com a mesma sensibilidade que teve com os servidores da educação, tenha a iniciativa de encaminhar a esta Casa um projeto de lei que vise ao mesmo conteúdo, objetivo, pois não podemos ter tratamento desigual para pessoas que estão em situação idêntica, com o mesmo "status" jurídico, os Agentes de Segurança Penitenciária.

Sr. Presidente, faço esse apelo ao discutir a matéria, mas esclareço que ele é também do Deputado Ademir Lucas. Solicitaremos o apoio de V. Exa. e do Líder do Governo para que tenhamos o mesmo tratamento no próximo projeto que encabeçaremos - eu e o Deputado Ademir Lucas.

No momento, sabemos que, para aprovarmos uma emenda, temos o Acordo de Líderes; mas que será inviável apresentar tal emenda. Para tanto, queremos contar com V. Exa. e com o nosso Líder do Governo, Deputado Mauri Torres, que tem sido muito atencioso conosco, para que o governo tenha também sensibilidade com os Agentes de Segurança Penitenciária.

Portanto o nosso voto será favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 27. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 22/10/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.134, de 10/9/93, 5.198, de 21/5/01, e 5.295, de 15/12/06, e de conformidade com as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001 e 2.401, de 16/07/07, assinou o seguinte ato:

designando Paulo Alves de Oliveira para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Coordenação de Saúde e Assistência.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Unibanco A/G Seguros S.A. Objeto: contratação de seguro de acidentes pessoais coletivo aproximadamente para 300 estagiários da contratante. Objeto deste aditamento: aditamento do CTO/81/2006 em 25%, ocasionando um acréscimo de cobertura de seguro para até 75 estagiários. Dotação orçamentária: 33903900.